



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07290014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024



EDITAL – SERVIÇOS NÃO CONTINUADOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024 – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS - BNC (www.bnc.org.br)

Processo Administrativo nº 07290014/2024

(Para este certame, não será aplicado o disposto no inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 para os itens que ultrapassam o valor estimado de 80 mil reais, por se tratar de **SERVIÇOS**, bem como, por representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, conforme disposto no inciso III, do art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**, CNPJ nº 12.241.675/0001-01, sediado à Av. Graciliano Ramos nº 250, Centro, Alagoas, por meio do Pregoeiro e equipe de apoio designados por portaria do Excelentíssimo Senhor Prefeito, realizará licitação, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO (MENOR TAXA ADMINISTRATIVA)**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 25/2023, de 29 de dezembro de 2023, do Decreto Municipal nº 26/2023, de 29 de dezembro de 2023, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Geral Municipal nº 943, de 22 de agosto de 2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Nota explicativa: Os Decretos Municipais poderão ser acessados através do Portal da Transparência do Município (<http://www.quebrangulo.al.gov.br/transparencia/index.php/decretos>).

- Abertura das propostas no dia **13 de NOVEMBRO de 2024, às 08h30min;**
- Início da sessão de disputa pública no dia **13 de NOVEMBRO de 2024, às 09h00min.**
- Local: Bolsa Nacional de Compras - BNC (www.bnc.org.br)

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE PRODUÇÃO DE EVENTOS PÚBLICOS** para prestação de serviços na organização de eventos, sob demanda, compreendendo: planejamento, formatação, organização, coordenação, produção e execução, incluindo nesta o fornecimento de infraestrutura e de material, acompanhamento e implementação de apoio logístico e operacional destinados aos eventos da Prefeitura Municipal de Quebrangulo/AL, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em um único item.



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07290014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024



- 1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO (MENOR TAXA ADMINISTRATIVA)** do **ITEM**, observadas as exigências contidas no Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.4. O Regime de Execução será a empreitada por Preço Unitário.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. Em se tratando de procedimento licitatório realizado sob o Sistema de Registro de Preço, cujo instrumento não constitui obrigação para o órgão gerenciador e participantes da licitação pela aquisição do seu objeto, torna-se dispensável a indicação da dotação orçamentária, que somente será exigida para formalização do contrato ou outro instrumento hábil.
- 2.2. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como as eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos e estiverem previamente credenciados no **Bolsa Nacional de Compras - BNC** (<https://bnc.org.br>).
 - 3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no BNC até a data prevista para recebimento das propostas.
 - 3.1.2. **AMPLA CONCORRÊNCIA** - para participação ampla de quaisquer empresas especializadas no ramo
- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e da Lei Geral Municipal nº 943, de 22 de agosto de 2023.
- 3.6. Não poderão disputar esta licitação:
 - 3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07290014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024



- 3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- 3.6.11. não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07290014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024



- 3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
- 4.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.7. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.8. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07290014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024



- 5.1.1. Taxa Administrativa. **(Obs. Apesar do sistema entender como valor monetário (valor numérico), para fim da licitação, o mesmo será entendido como valor percentual).**
- 5.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.
- 5.2. Além de informar o valor percentual no sistema, o licitante deve **ANEXAR SUA PROPOSTA DE PREÇO EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA E ASSINADO POR QUEM DETENHA PODERES**, às quais ficarão vinculadas.
- 5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento poderão ser retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte **não poderão** se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estimados.
- 5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07290014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024



agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

- 5.10. Ao término dos lances, o valor percentual NÃO poderá ser superior ao valor orçado pela Administração, a qual se encontra disponível juntamente com o Edital.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pela **MENOR TAXA ADMINISTRATIVA**.

6.5.1. OS VALORES DOS ITENS, SERÃO OS PREVIAMENTE ORÇADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ATRAVÉS DE PESQUISA MERCADOLÓGICA (ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA).

- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de **TAXAS** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1,0% (um por cento)**.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá no modo de disputa **ABERTO**.
- 6.11. No modo de disputa “**ABERTO**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07290014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024



- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores,



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07290014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024



será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

- 6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 6.19.2.2. empresas brasileiras;
 - 6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07290014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024



- 6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.9. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada em **NOME DA EMPRESA LICITANTE** e também de seu **SÓCIO MAJORITÁRIO**, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.2. deste edital.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07290014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024



- 7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.7.1. conter vícios insanáveis;
 - 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
 - 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
 - 7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado
 - 7.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
 - 7.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07290014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024



quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

- 7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração.
- 8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de **inabilitação** as seguintes **DECLARAÇÕES**:
- 8.6.1. **DECLARAÇÃO** de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07290014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024



- 8.6.2. **DECLARAÇÃO** de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
- 8.6.3. **DECLARAÇÃO** de que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- 8.6.4. **DECLARAÇÃO** que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.6.5. **DECLARAÇÃO** do licitante de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 8.6.6. **DECLARAÇÃO** de que possui instalações, aparelhamento e pessoal técnico, adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.
- 8.6.7. **DECLARAÇÃO** com a indicação da qualificação dos profissionais técnicos que serão disponibilizados para execução do contrato.
- 8.6.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá **DECLARAR**, ainda, por meio de declaração própria, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de **desclassificação** a seguinte **DECLARAÇÃO**:
- 8.7.1. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, **DECLARAÇÃO** de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.8. A falsidade das declarações de que trata os itens acima sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 8.9. Todos os licitantes deverão encaminhar, nos termos do Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:
- 8.10. **Habilitação jurídica:**
- 8.10.1. **No caso de empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.10.2. **Em se tratando de microempreendedor individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 8.10.3. **No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07290014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024



- 8.10.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 8.10.5. **No caso de sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 8.10.6. **No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País:** decreto de autorização;
- 8.10.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 8.11. **Regularidade fiscal e trabalhista:**
- 8.11.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ), ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.11.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.11.3. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;
- 8.11.4. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.11.5. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.11.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.11.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT) ou positiva com efeito de negativa (CPNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.11.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 8.12. **Qualificação Econômico-Financeira:**
- 8.12.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 8.12.2. Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais;**
- 8.12.2.1. Os documentos referidos no subitem acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07290014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024



- 8.12.2.2. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social;
- 8.12.2.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
- 8.12.2.4. Conforme prevê o art. 1.181, Lei 10.406/02 (Código Civil) e Resolução CFC Nº 563/83, o Balanço Patrimonial deverá ser apresentado com Prova de registro na Junta Comercial ou Cartório (Carimbo, etiqueta ou chancela da Junta Comercial), quando não apresentado na forma do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).
- 8.12.2.4.1. Lei 10.406/02 Código Civil - Art. 1.181 - Salvo disposição especial de lei, os livros obrigatórios e, se for o caso, as fichas, antes de postos em uso, devem ser autenticadas no Registro Público de Empresas Mercantis.
- 8.12.2.4.2. Resolução CFC Nº 563/83 - Aprova a NBC T 2.1 – Das Formalidades da Escrituração Contábil. 2.1.5.4 – O livro Diário será registrado no Registro Público competente, de acordo com a legislação vigente (alterado pela Resolução CFC nº 790, de 13 de dezembro de 1995).
- 8.12.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou superiores a **1,5 (um vírgula cinco)** resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

- 8.12.4. As empresas que apresentarem resultado menor do que **1,5 (um vírgula cinco)**, em qualquer dos índices, deverão comprovar possuir capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação (Art. 69, § 4º da Lei 14.133/2021), sob pena de inabilitação.
- 8.12.5. Conforme art. 35 da Lei Geral Municipal nº 943, de 22 de agosto de 2023, o licitante enquadrado como microempreendedor individual (MEI), **ESTARÁ** dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis.
- 8.13. **Qualificação Técnica:**
- 8.13.1. Atestado(s) ou declaração(ões) ou certidão(ões) de capacidade técnica que comprove(m) que a licitante prestou serviços com características compatíveis ao objeto desta licitação, com no mínimo público acima de **70.000 (setenta mil)** pessoas. O atestado ou declaração



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07290014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024



ou certidão deverá ser apresentado em papel timbrado do emitente, assinado, com telefone de identificação do assinante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

8.13.1.1. Como forma de Diligência, se o Pregoeiro verificar a real necessidade, poderá solicitar do licitante todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, nota fiscal, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante.

8.13.1.2. Para fins de compatibilidade, será(ão) considerado(s) o(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) que comprove(m) ter o licitante prestado, no mínimo **04 (quatro)** dos seguintes itens:

8.13.1.2.1. Planejamento, criação, produção e logística de eventos abertos ao público externo, com ou sem cobrança de ingressos;

8.13.1.2.2. Ativação de eventos institucionais e/ou culturais e/ou promocionais;

8.13.1.2.3. Ações de relacionamento com o público externo;

8.13.1.2.4. Organização e implementação de pelo menos um dos seguintes eventos: feiras, exposições, convenções, seminários, encontros, fóruns, simpósios, congressos e cursos;

8.13.1.2.5. Planejamento, ornamentação de festas, criação e produção de estandes e ações promocionais em eventos não proprietários;

8.13.1.2.6. Planejamento, criação e produção de ações promocionais de grande, médio e pequeno porte.

8.14. As certidões devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de lei específica ou do próprio documento, será considerado o prazo de validade de **90 (noventa) dias**, a partir da data de sua expedição, excetuando-se os atestados de capacidade técnica.

8.15. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.16. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.16.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.16.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

8.17. A verificação dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07290014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024



- 8.17.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.17.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.18. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- 8.18.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.18.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.19. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.16.1.
- 8.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.22. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 8.23. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 8.23.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 8.24. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 8.25. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas no Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação,



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07290014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024



seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

- 8.26. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.27. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido no Edital.
- 8.28. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 8.29. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

8. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de até **05 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
 - a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
 - b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 9.3. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07290014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024



10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
 - 10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.
- 10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
 - 10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
 - 10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 20 e art. 21 do Decreto Municipal nº 26/2023.
- 10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
 - 10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**.



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07290014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024



- 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Setor de Licitações.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
 - 12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) pregoeiro(a) durante o certame;
 - 12.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 12.1.2.4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;
 - 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07290014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024



- 12.1.5. fraudar a licitação;
- 12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 12.2.1. advertência;
 - 12.2.2. multa;
 - 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto.
 - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
 - 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública.
 - 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1., 12.1.2. e 12.1.3., a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4., 12.1.5., 12.1.6., 12.1.7. e 12.1.8., a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1., 12.1.2. e 12.1.3., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07290014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024



Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

- 12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4., 12.1.5., 12.1.6., 12.1.7. e 12.1.8., bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1., 12.1.2. e 12.1.3. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.
- 13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 13.3. A impugnação e pedido de esclarecimento deverão ser realizadas por forma eletrônica, através da plataforma da **Bolsa Nacional de Compras - BNC**, no site www.bnc.org.br.



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07290014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024



- 13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, na plataforma da **Bolsa Nacional de Compras - BNC**, no site www.bnc.org.br, no site do município no endereço <http://www.quebrangulo.al.gov.br/transparencia/index.php/licitacoes>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no Setor de Licitações na Sede da Prefeitura à Av. Graciliano Ramos nº 250, Centro, nos dias úteis, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas.
- 14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 14.11.1. ANEXO I – Termo de Referência;
- 14.11.2. ANEXO I A – Média da Taxa Administrativa;
- 14.11.3. APÊNDICE DO ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar;



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07290014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024



- 14.11.4. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;
14.11.5. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços.

Quebrangulo - Alagoas, 24 de outubro de 2024.

EMERSON DE SOUZA JATOBÁ
Pregoeiro



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07290014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024



ANEXO I A – MÉDIA DA TAXA ADMINISTRATIVA

ITEM	DESCRIÇÃO	TAXA ADMINISTRATIVA ESTIMADA
1	Contratação de empresa especializada para futura e eventual realização de PRODUÇÃO DE EVENTOS PÚBLICOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS, SOB DEMANDA, COMPREENDENDO: PLANEJAMENTO, FORMATAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, COORDENAÇÃO, PRODUÇÃO E EXECUÇÃO, INCLUINDO NESTA O FORNECIMENTO DE INFRAESTRUTURA E DE MATERIAL, ACOMPANHAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE APOIO LOGÍSTICO E OPERACIONAL destinados aos eventos da Prefeitura Municipal de Quebrangulo	34,33%



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07290014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024



ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO Nº ---/2024

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS – LICITAÇÃO

**TERMO DE CONTRATO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO/AL E A EMPRESA --
----- PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.**

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**, pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.241.675/0001-01, com sede na Av. Graciliano Ramos nº 250, Centro, Quebrangulo, Alagoas, neste ato representado por seu representante legal Sr. **MARCELO RICARDO VASCONCELOS LIMA**, brasileiro, casado, agrônomo, inscrito no RG nº 327009 SSP/AL e CPF/MF nº 209.176.194-04, residente e domiciliado na Rua 15 de Novembro nº 135, Centro, cidade de Quebrangulo/AL;

CONTRATADA: A empresa (...nome...), inscrita no CNPJ sob o nº (...), estabelecida na (...endereço...) e com o seguinte endereço eletrônico (...@...), representada pelo seu (...cargo do representante legal...), Sr. (...nome...), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por (...procuração/contrato social/estatuto social...), inscrito no CPF sob o nº (...);

INTERVENIENTE: Secretaria Municipal de **XXXXXXXXXXXX**, situada a xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx nº xxxx, bairro xxxxxx, neste Município, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador(a) do CPF nº xxxxxxxxxxxxxx e Cédula de Identidade nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx;

Os **CONTRATANTES**, nos termos do Processo Administrativo nº 07290014/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 19/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE PRODUÇÃO DE EVENTOS PÚBLICOS** para prestação de serviços na organização de eventos, sob demanda, compreendendo: planejamento, formatação, organização, coordenação, produção e execução, incluindo nesta o fornecimento de infraestrutura e de material, acompanhamento e implementação de apoio logístico e operacional destinados aos eventos da Prefeitura Municipal de Quebrangulo/AL, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.2.1. O Termo de Referência;
 - 1.2.2. O Edital da Licitação;



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07290014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024



- 1.2.3. A Proposta do contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da data da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.4. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 4.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;
- 4.3. No caso acima informado, a Contratada deverá comprovar por meio de apresentação de documento fiscal original emitido pela empresa subcontratada (Exemplo: hotéis, buffet, equipamentos eletroeletrônicos, etc.) e de cópia autenticada do contrato firmado, contendo detalhamento da efetiva contratação e confirmação do pagamento das despesas;

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$ (...) (...valor por extenso...).

Item	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor Total
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07290014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024



- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos serviços efetivamente prestados.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **03/10/2024**.
- 7.2. Após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07290014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024



expensas;

- 8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Administração Pública para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
 - 8.9.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- 8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- 8.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 8.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07290014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024



- habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07290014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024



- 9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. Para este tipo de objeto a ser contratado, não cabe o cumprimento da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD) por não envolver o tratamento de dados pessoais.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

- 11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
 - a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07290014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024



- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - iv. **Multa:**
 - 1. Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 2 (dois) dias;
- 12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07290014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024



- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

- 13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- 13.3.1. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07290014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024



após 2 (dois) meses da data da comunicação.

- 13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.5.3. Indenizações e multas.
- 13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

- 14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

PROGRAMA DE TRABALHO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XX.XXX.XXXX.XXXX – XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

ELEMENTO DE DESPESA

X.X.X.X.XX.XX – XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

X.X.X.X.XX.XX – XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

- 14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07290014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024



15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

- 15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

- 16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

- 17.1. O presente contrato entra em vigor a partir da assinatura do instrumento contratual, com posterior publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios de Alagoas no sítio <http://www.diariomunicipal.com.br/ama/>.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

- 18.1. Fica eleito o foro da Comarca do Município de Quebrangulo/AL, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Quebrangulo - Alagoas, -- de ----- de 2024.

MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO

Contratante

Marcelo Ricardo Vasconcelos Lima

Prefeito

SECRETARIA MUNICIPAL DE [...]

Interveniente

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Secretário(a)



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07290014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024



EMPRESA [Razão Social da Empresa]

Contratada

Representante legal: [nome completo]

Cargo

Instrumento de outorga de poderes [procuração/contrato social/estatuto social]



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07290014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024



ANEXO III

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**, pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.241.675/0001-01, com sede na Av. Graciliano Ramos nº 250, Centro, Quebrangulo, Alagoas, neste ato representado por seu representante legal Sr. **MARCELO RICARDO VASCONCELOS LIMA**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, inscrito no RG nº 327009 SSP/AL e CPF/MF nº 209.176.194-04, residente e domiciliado na Rua 15 de Novembro nº 135, Centro, cidade de Quebrangulo/AL, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº 19/2024, Processo Administrativo nº 07290014/2024, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta **ATA**, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE PRODUÇÃO DE EVENTOS PÚBLICOS** para prestação de serviços na organização de eventos, sob demanda, compreendendo: planejamento, formatação, organização, coordenação, produção e execução, incluindo nesta o fornecimento de infraestrutura e de material, acompanhamento e implementação de apoio logístico e operacional destinados aos eventos da Prefeitura Municipal de Quebrangulo/AL, especificado no Termo de Referência anexo ao Edital de Pregão Eletrônico nº. 19/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA:			
CNPJ:		Telefone:	e-mail:
Endereço:			

Item	Quant. Licitada	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01						(duas casas decimais)	(duas casas decimais)
02							
TOTAL GERAL							



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07290014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024



3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1.** O órgão gerenciador da Ata é a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos.
- 3.2.** São Órgãos Participantes:
- 3.2.1.** Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer;
 - 3.2.2.** Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS;
 - 3.2.3.** Secretaria Municipal de Saúde - SEMS;
 - 3.2.4.** Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos;
 - 3.2.5.** Secretaria Municipal de Finanças;
 - 3.2.6.** Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura;
 - 3.2.7.** Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1.** Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
- 4.1.1.** apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
 - 4.1.2.** demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
 - 4.1.3.** consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 4.2.** A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 4.2.1.** O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.3.** Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.4.** O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 4.5.** O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07290014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024



Dos limites para as adesões

- 4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, a adesão à ata de registro de preços não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

Vedação a acréscimo de quantitativos

- 4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado a partir publicação de seu extrato na imprensa oficial, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.5. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07290014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024



- 5.5.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.6.** A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.7.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 6.1.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.1.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 6.1.3.** Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.1.4.** No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- 6.1.5.** No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 7.1.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 7.1.1.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 7.1.2.** Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07290014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024



- 7.1.3.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 7.1.4.** Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2.** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 7.2.1.** Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 7.2.2.** Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 7.2.3.** Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 7.2.4.** O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1.** As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 8.2.** O remanejamento somente poderá ser feito:
- 8.2.1.** De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- 8.2.2.** De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 8.3.** O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4.** Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 22 do Decreto Municipal nº 26, de 2023.
- 8.5.** Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07290014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024



redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

- 8.6.** Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7.** Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1.** O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.1.1.** Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
 - 9.1.2.** Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - 9.1.3.** Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 18, §1º, do Decreto Municipal nº 26, de 2023; ou
 - 9.1.4.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 9.1.4.1.** Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.4.** O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 9.4.1.** Por razão de interesse público;
 - 9.4.2.** A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
 - 9.4.3.** Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 18, §1º e 19, IV, ambos do Decreto Municipal nº 26, de 2023.



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07290014/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2024



10. DAS PENALIDADES

- 10.1.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.
- 10.1.1.** As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 10.2.** É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. X, do Decreto Municipal nº 26, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 26, de 2023).
- 10.3.** O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

- 11.1.** As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, **encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.**
- 11.2.** No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Quebrangulo - Alagoas, -- de ----- de 2024.

MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO
ÓRGÃO GERENCIADOR
Marcelo Ricardo Vasconcelos Lima
Prefeito

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Fornecedor
XXXXXXXXXX
Representante Legal



**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos
Gabinete do Secretário



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

1.2. Tendo em vista o que institui a Lei nº 14.133/21 e seus regulamentos, em suas redações atuais, a Prefeitura Municipal de Quebrangulo – AL poderá realizar licitação na modalidade PREGÃO, tipo menor taxa de Administração para futura e possível Contratação de empresa especializada na realização de produção de eventos públicos para prestação de serviços na organização de eventos, sob demanda, compreendendo: planejamento, formatação, organização, coordenação, produção e execução, incluindo nesta o fornecimento de infraestrutura e de material, acompanhamento e implementação de apoio logístico e operacional destinados aos eventos da Prefeitura Municipal de Quebrangulo/AL, conforme especificações, condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.3 O prazo da vigência da ARP será de 12 meses, contado da sua assinatura, na forma do Art. 12 do Decreto Municipal nº 26, previsto na Lei nº 14.133/2021.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1. Constitui parte relevante, na execução das atividades da Gestão Municipal, a realização de Eventos Institucionais, festividades tradicionais, corporativas, de representação e promocionais, visando agregar esse tipo de ação para atingir as metas e resultados: participação nessa demanda. Através da realização desses eventos, o Município de Quebrangulo, consegue cumprir e complementar diversas de suas funções e programas em áreas de atuação essenciais, como educação, saúde, desenvolvimento social e econômico, cultura, geração de emprego e renda, dentre outras. Dessa forma, o Poder Executivo Municipal realiza diversas ações de integração, conscientização, formação, capacitação de servidores e terceiros, divulgação, representação, captação de recursos, voltados para as políticas públicas adotadas em Quebrangulo. Há que se destacar que, dada a prestação dos serviços de organização e realização de eventos, para que se viabilizem de fato os resultados esperados de todos os tipos de eventos institucionais e festivos, e para que tal processo seja realizado com a economicidade e a qualidade devida. Concomitantemente, o Município de Quebrangulo, no planejamento da contratação de serviços estratégicos, o estudo minucioso do mercado fornecedor em questão, a consolidação da demanda de itens comuns, além do disciplinamento da contratação destes.

2.2. Desse modo, dado o volume orçamentário despendido com eventos, essa demanda adquiriu o status de compra estratégica. Em estudo detalhado das melhores práticas de gestão e controle, para atendimento a esta necessidade da Administração Pública Municipal, foram avaliados os modelos disponíveis, tanto na área pública quanto na iniciativa privada, e constatado como o mercado fornecedor está organizado.

2.3. Diante dos fatos apresentados, e considerando a legislação vigente quanto à contratação de prestação de serviços pelo setor público, faz-se necessário a abertura de um processo de licitação a fim de garantir a observância ao princípio constitucional da isonomia e de selecionar a proposta mais vantajosa à Administração. Importante destacar a importância de empresa que seja responsável pela organização de eventos – planejando-os, reunindo e integrando as ações



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos
Gabinete do Secretário



necessárias para que ocorram sem atropelos e com qualidade. Os serviços prestados para esta finalidade são serviços comuns, e, por isso, a licitação será por meio de Pregão.

2.4. Entretanto, dada à complexidade do objeto, é imprescindível o suporte técnico de empresa especializada em prestação dos serviços de concepção, organização e realização de ações e eventos promocionais, para que se viabilizem de fato os resultados esperados e para que tal processo seja realizado com a economicidade e a qualidade devidas.

2.5. Considerando, ademais, que os serviços devem ser executados harmonicamente, de modo a não prejudicar a realização do evento, faz-se necessária a presença de profissionais competentes e especializados, função essa que não compete aos servidores da Prefeitura Municipal de Quebrangulo.

Justifico que o Sistema de Registro de Preços foi escolhido porque se enquadra nos *incisos* do Art. 12 do Decreto Municipal nº 26, previsto na Lei nº 14.133/2021, haja vista que o objeto do processo, é para atender às tarefas e ações operacionais, do poder executivo.

3. MODALIDADE DE LICITAÇÃO:

3.1. O tipo MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO foi escolhido devido a singularidade do objeto, haja visto que a multiplicidade de prestadores de serviço poderão dificultar a execução do objeto o que não atenderá de forma satisfatória o interesse público, além disso busca-se a contratação de empresa especializada na realização de produção de eventos públicos para prestação de serviços na organização de eventos, sob demanda, compreendendo: planejamento, formatação, organização, coordenação, produção e execução, incluindo nesta o fornecimento de infraestrutura e de material, acompanhamento e implementação de apoio logístico e operacional para a Prefeitura Municipal de Quebrangulo para fins de promoção turística do Município de Quebrangulo devendo os serviços serem executados harmonicamente, de modo a não prejudicar a realização dos eventos.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

Lote 1 SERVIÇOS				
ITEM	DESCRIÇÃO	U/M	QTD	R\$ UNI
1	AGENTE DE TRÂNSITO: Pessoa treinada para apoiar na orientação e controle do trânsito nos dias de eventos e que estejam uniformizados com coletes sinalizados.	Diária de 8h	150	216,67
2	SERVIÇOS GERAIS: Profissional responsável pela execução de tarefas gerais, trabalhos de limpeza e conservação em geral, capacitado e uniformizado, com material de incluído como (panos de chão, aspirador, vassouras, baldes, papel higiênico de boa qualidade, sabonete cremoso de boa qualidade, saco de lixo, demais produtos químicos necessários à limpeza, desinfecção e desodorização do ambiente) para atuar nas áreas onde ocorrerão os eventos, tais como: banheiros, salas, camarotes, ruas, etc.	Diária de 8h	300	123,33

CNPJ: 12.241.675/0001-01

Endereço: Avenida Graciliano Ramos, nº 250 – Centro – CEP: 57.750-000 – Quebrangulo – AL

Telefone: (82) 3288-1159



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULOSecretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos
Gabinete do Secretário

3	APOIO PARA SERVIÇOS GERAIS: Pessoa responsável pelo transporte de carga/materiais diversos e apoio em pequenos serviços como afiação de painel, ajuste de mobiliário em estantes, etc.	Diária de 8h	300	86,67
4	MESTRE DE CERIMÔNIA: Profissional capacitado, com experiência e boa oratória e com experiência em eventos. Obs.: uniformizado com Terno (homem)/roupa esporte fino(mulher).	Diária de 8h	50	583,33
5	LOCUTOR: Profissional capacitado, com boa dicção e com experiência em eventos.	Diária de 8h	50	560,00
6	RECEPCIONISTA: Profissional capacitado com experiência em eventos e em recepcionar autoridades. Deverá estar uniformizada (ou vestido social preto, ou terno preto- Padronizado).	Diária de 8h	50	250,00
7	COORDENADOR DE EVENTOS: Profissional capacitado com experiência, que tenha facilidade em trabalhar em equipe e tenha experiência em coordenar a equipe responsável pela execução do evento. Vestidos com trajes adequados (vestido social ou terno) e que tenha uma identificação diferenciada dos demais, para facilitar a comunicação com o Contratante e demais responsáveis pelo evento.	Diária de 8h	50	916,67
8	GARÇOM: Profissional devidamente qualificado, com experiência em eventos. Deverão estar com trajes adequados.	Diária de 8h	50	200,00
9	DECORADOR: Profissional capacitado, com experiência para auxiliar na decoração dos eventos ajudando a equipe responsável pela decoração.	Diária de 8h	50	6.500,00
10	AUXILIAR DE DECORADOR: Profissional capacitado com experiência para auxiliar na decoração dos eventos ajudando equipe responsável pela decoração	Diária de 8h	50	416,67
11	ELETRICISTA: Profissional capacitado em alta e baixa tensão para eventualidades durante os eventos.	Diária de 8h	50	200,00
12	SEGURANÇA DESARMADA : Profissional capacitado para a realização de segurança privada desarmada devidamente uniformizado, os quais atuem com detectores de metais, munidos de rádios de comunicação, uniformizados e com crachás de identificação, convenientemente instruídos para os cuidados de relacionamento com o público, bem como suporte de apoio tático de emergência, central 24 horas e profissional capacitado na área de planejamento operacional. Turno de 12 (doze) horas.	Diária de 12h	600	233,33
13	BANDA MUSICAL OU GRUPO CULTURAL: Com reconhecimento municipal e/ou regional e com no mínimo 05 (cinco) componentes e duração mínima de 03 (três) horas de apresentação. Incluso traslado e despesa de deslocamento.	Apresentação	50	6.500,00
14	PRODUTOR ARTÍSTICO: Profissional capacitado responsável pela produção Artística em eventos e/ou ações promocionais,	Diária de 8h	30	850,00

CNPJ: 12.241.675/0001-01

Endereço: Avenida Graciliano Ramos, nº 250 – Centro – CEP: 57.750-000 -Quebrangulo – AL
Telefone: (82) 3288-1159



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULOSecretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos
Gabinete do Secretário

	com comprovada experiência – Sujeito a Aprovação.			
15	ASSISTENTE TÉCNICO: Profissional com experiência e habilidade técnica em sua respectiva área objetivando assistência técnica às atividades de montagem, produção e operação de equipamentos.	Diária de 8h	50	200,00
16	BOMBEIRO CIVIL: Profissional com experiência e habilidade técnica apto a inspecionar e testar equipamentos de segurança bem como, a prestação de primeiros socorros.	Diária de 8h	250	260,00
17	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS E PÂNICOS: Profissional habilitado, com especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, seja ele arquiteto ou engenheiro civil.	Por Projeto	10	12.666,67

LOTE 2 ALIMENTAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	U/M	QTD	R\$ UNI
1	ALIMENTAÇÃO CAMARIM: Buffet para camarim composto de: Quatro opções de Frutas – 02 unidades por pessoa/dia; Café (com e sem açúcar) – 02 garrafas térmicas/dia; Pãozinho delícia (ou similar) – 05 unidades por pessoa; Salgadinhos de forno e quentes – 03 unidades por pessoa; 01- Tábua de frios contendo presunto, 03 tipos de queijo, salaminho, azeitonas verde e preta - Água de coco – Energético – Uma opção de suco de fruta natural e cítricos – 300 ml por pessoa; Refrigerante – 2 latinhas por pessoa; Frutas de época; Isopor com gelo em cubo. Água mineral 500 ml - 3 por pessoa.	Custo por Pessoa	1500	41,67
2	ALIMENTAÇÃO LANCHES: 02 por pessoa de Kit Lanche – Sanduiche Misto (pão de hambúrguer, com 1 fatia de carne de hambúrguer, 01 fatia de 10g queijo prato e 1 fatia de 10g de presunto cozido de boa qualidade) acompanhando de um refrigerante em lata de 300ml.	Custo por Pessoa	2.000	34,00
3	ALIMENTAÇÃO: Almoço/Jantar (tipo Buffet com cardápio diversificado fornecido pelo contratante), contendo 02 tipos de carnes, saladas variadas, 03 tipos de acompanhamentos quentes (arroz, feijão e macarrão de boa qualidade), 01 tipo de refrigerante, 01 água mineral ou 01 suco de polpa de fruta de 300 ml por pessoa.	Custo por Pessoa	1.000	36,00
4	COFFEE BREAK: Água mineral (com e sem gás), chocolate quente, café, leite, chá, 2 tipos de suco de frutas, 2 tipos de refrigerante de boa qualidade (normal e dietético), 2 tipos de mini sanduiches, 3 tipos de salgados finos, pão, biscoito de queijo, 1 tipo de bolo, 1 folhado recheado e salada de frutas	Custo por Pessoa	1.000	40,67

LOTE 3 HOSPEDAGEM

CNPJ: 12.241.675/0001-01

Endereço: Avenida Graciliano Ramos, nº 250 – Centro – CEP: 57.750-000 Quebrangulo – AL
Telefone: (82) 3288-1159



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULOSecretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos
Gabinete do Secretário

ITEM	DESCRIÇÃO	U/M	QTD	R\$ UNI
1	HOSPEDAGEM: Quarto Duplo - Equipado com Cama, Tv, Chuveiro quente, Ar condicionado e Ramal Telefônico na cidade de Palmeira dos Índios e Quebrangulo-Alagoas .	Diária 24 horas	100	261,67
2	HOSPEDAGEM: Quarto Triplo - Equipado com Cama, Tv, Chuveiro quente, Ar condicionado e Ramal Telefônico na cidade de Palmeira dos Índios e Quebrangulo-Alagoas .	Diária 24 horas	120	343,33
3	HOSPEDAGEM: Quarto Single - Equipado com Cama, Tv, Chuveiro quente, Ar condicionado e Ramal Telefônico na cidade de Palmeira dos Índios e Quebrangulo-Alagoas .	Diária 24 horas	100	176,67

LOTE 4 ORNAMENTAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	U/M	QTD	R\$ UNI
1	SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO, AMBIENTALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA EVENTOS: Portal de entrada e saída confeccionado em madeirite de 10 mm com altura de 3 metros e largura de 6 metros coberto com tecido chita estofado com decoração típica servindo para controle de entrada e saída de pessoas ao espaço do evento.	UND	20	5.833,3 3
2	SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO, AMBIENTALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA EVENTOS: Sofás de 2 lugares em tecido ou couro sintético na cor branca e preta, em bom estado de conservação, para serem utilizados nos camarins e camarote oficial.	UND	10	210,00
3	SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO, AMBIENTALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA EVENTOS: Sofás de 3 lugares em tecido ou couro sintético na cor branca e preta, em bom estado de conservação, para serem utilizados nos camarins e camarote oficial.	UND	10	243,33
4	SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO, AMBIENTALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA EVENTOS: Puff quadrado medindo 1mx 1m em tecido ou couro sintético, na cor branca e/ou preta em bom estado de conservação.	UND	10	96,67
5	SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO, AMBIENTALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA EVENTOS: Puff redondo medindo 1m x 0,50m em tecido ou couro sintético, na cor branca e/ou preto em bom estado de conservação.	UND	10	183,33
6	SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO, AMBIENTALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA EVENTOS: Puff curvo tipo meia lua, na cor branca e/ou preta em bom estado de conservação.	UND	10	190,00

CNPJ: 12.241.675/0001-01

Endereço: Avenida Graciliano Ramos, nº 250 - Centro - CEP: 57.750-000 -Quebrangulo - AL
Telefone: (82) 3288-1159



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos
Gabinete do Secretário



7	SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO, AMBIENTALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA EVENTOS: Mesa tipo bistrô com base de alumínio, altura de aproximadamente 2 metros e tampa de vidro com circunferência de aproximadamente 60 cm ou modelo similar.	UND	10	200,00
8	SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO, AMBIENTALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA EVENTOS: Mesa retangular - madeira ou laminado, medindo 2mx1m ou similar.	UND	10	236,67
9	SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO, AMBIENTALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA EVENTOS: Balão junino grande (1.50m de altura) com iluminação interna, lâmpada 25w - Estrutura interna de madeira, coberto com chita.	UND	10	206,67
10	SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO, AMBIENTALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA EVENTOS: Balão junino pequeno (0,70m de altura)-Estrutura interna de madeira e coberto de tecido de xeta.	UND	10	266,67
11	SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO, AMBIENTALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA EVENTOS: Banda de balão com armação de madeira e coberto de tecido chita, tamanho 1.5m.	UND	10	396,67
12	SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO, AMBIENTALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA EVENTOS: Bandeirolas em cores diversas em plástico vinil, medindo 25cm x 35cm de altura, com tiras de 10 metros, contendo 20 bandeirolas em cada tira.	UND	10	135,00
13	SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO, AMBIENTALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA EVENTOS: Luz de natal, com 500 lâmpadas de LED, 220v, cordão na cor verde com 50 metros.	UND	10	333,33
14	SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO, AMBIENTALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA EVENTOS: Mangueira LED - Na cor amarela, 30 Leds por metros 12mm rolo 220V.	METRO	10	72,33
15	SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO, AMBIENTALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA EVENTOS: Mangueira LED - Na cor verde, 30 Leds por metros 12mm rolo 220V.	METRO	10	72,33
16	SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO, AMBIENTALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA EVENTOS: Mangueira LED - Na cor vermelha, 30 Leds por metros 12mm rolo 220V.	METRO	10	72,33
17	SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO, AMBIENTALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA EVENTOS: Mangueira Luminosa para decoração de natal, em PVC maciço, 13mm de espessura, impermeável, com lâmpadas de LED na cor branca, 220V.	METRO	50	72,33



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIBRANGULOSecretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos
Gabinete do Secretário

18	SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO, AMBIENTALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA EVENTOS: Cascata ward 400 LED. Cada cascata contendo 10 metros de 220v.	UND	50	93,33
19	SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO, AMBIENTALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA EVENTOS: LUZ CÊNICA PARA DECORAÇÃO Uso externo, com potência de 1000W, em altura de até 6m, voltagem 220 VAC.	UND	100	103,33
20	SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO, AMBIENTALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA EVENTOS: Malha tencionada, cores variadas para ornamentar palco e camarote oficial.	METRO	50	90,00
21	SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO, AMBIENTALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA EVENTOS: Vaso ornamental de cimento e ou madeira grande para decoração das áreas de circulação do camarote oficial, camarins (lounge).	UND	10	246,67
22	SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO, AMBIENTALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA EVENTOS: Serviço de decoração de charola com flores naturais, sob demanda. Arranjo de flores naturais e folhagens, com altura a ser definida pela contratante, para decoração de charola, envolvendo toda a parte posterior de imagem sacra, seguidos de uma cascata de flores envolvendo toda base da charola, ficando a cargo de a administração escolher as flores.	UND	10	6.000,00

LOTE 5 LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

ITEM	DESCRIÇÃO	U/M	QTD	RS UNI
1	RÁDIO DE COMUNICAÇÃO PORTÁTIL: 32 canais (sem display/sem teclado), até 8km de alcance, com botões programáveis, modulação digital TDMA, sinalização analógica MDC 1200, níveis de potencia ajustáveis, operação repetidor/comunicação direta, 04 watts de potência de saída de RF para UHF e 5 watts para VHF, bateria inteligente IMPRES de maior durabilidade e sem fio de memória, acompanhado de clipe de cinto e carregador de bateria unitário 220v.	UND	100	86,67
2	RÁDIO DE COMUNICAÇÃO PORTÁTIL: Uso externo, com potência de 1000 W, em altura de até 6m, voltagem 220VAC.	UND	40	83,33

LOTE 6 DIVULGAÇÃO/GRÁFICA

ITEM	DESCRIÇÃO	U/M	QTD	RS UNI
1	CONFEÇÃO DE OUTDOOR: Confeção de outdoor Impressão de outdoor colorido, com fotos, bem como sua instalação e veiculação por no mínimo 7 dias, na capital do Estado de Alagoas, em local de grande circulação. A arte gráfica será	UND	10	3.750,00

CNPJ: 12.241.675/0001-01

Endereço: Avenida Graciliano Ramos, nº 250 – Centro – CEP: 57.750-000 - Qr ebrangulo – AL

Telefone: (82) 3288-1159





ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULOSecretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos
Gabinete do Secretário

	fornecida pela Prefeitura.			
2	BRINDE: Fornecimento de brinde (troféu, medalhas ou acessórios alusivo ao evento em questão, brinquedos infantis).	UND	1.000	31,67
3	CRACHÁS: Crachás Formato: 180 gramas, 14x11 cm, impressão 4x0, com cordão, em polipropileno. A arte gráfica será fornecida pela Prefeitura.	UND	100	38,33
4	BANNER: Banner Formato: 1,20 x 1,60m em policromia, só frente, impresso em lona vinícola, tamanho 2x3cm. A arte gráfica será fornecida pela Prefeitura.	UND	150	256,67
5	CONVITE: Convite Formato 15 x 21 cm, impresso a 4/4 cores em papel couchê fosco 250gr. Acabamento: refile. A arte gráfica será fornecida pela Prefeitura.	UND	1.000	7,50

LOTE 7 TRANSPORTE

ITEM	DESCRIÇÃO	U/M	QTD	R\$ UNI
1	TRANSLADO COM VEÍCULO TIPO VAN: Disponibilização de serviços de transporte em veículo tipo VAN, com capacidade para até 15 passageiros, com motorista, para conduzir equipes artísticas à realização de eventos, em veículo próprio.	KM PERCORRIDO	1.000	6,72
2	TRANSLADO EM CARRO EXECUTIVO: Disponibilização de serviços de transporte em veículo tipo LUXO, com capacidade de 05 passageiros, com motorista, para conduzir equipes artísticas à realização de eventos, em veículo próprio.	KM PERCORRIDO	1.000	7,50
3	MICRO-ÔNIBUS : Disponibilização de serviços de transporte em veículo tipo micro-ônibus, com capacidade de 25 passageiros, com motorista, direção hidráulica, combustível, ar condicionado, tipo executivo, para conduzir equipes artísticas à realização de eventos, em veículo próprio.	KM PERCORRIDO	200	7,12

LOTE 8 SERVIÇOS TECNICOS

ITEM	DESCRIÇÃO	U/M	QTD	R\$ UNI
1	SERVIÇOS DE FILMAGEM: Serviço de captação de áudio e vídeo por meio de dronner e ou câmera digital, iluminação sem fio. Entrega do produto final com matriz em DVD com identificação de cada DVD.	POR HORA	50	650,00

CNPJ: 12.241.675/0001-01

Endereço: Avenida Graciliano Ramos, nº 250 – Centro – CEP: 57.750-000 - Quebrangulo – AL
Telefone: (82) 3288-1159



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos

Gabinete do Secretário



2	SERVIÇOS DE EDIÇÃO: Entrega do produto final em DVD, com edição por computador e, quando solicitado, com efeitos especiais digitais, fundo musical, menu personalizado. Identificar em cada DVD com as seguintes informações: nome do evento, local, cidade, estado e data. Elaboração de trilha sonora.	POR HORA	50	766,67
---	---	-------------	----	--------

5. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO:

5.1. Será aceita TAXA DE ADMINISTRAÇÃO para a prestação do serviço ofertado, apurado na data da sua apresentação, seminclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a prestação de serviço do objeto da presente licitação.

6. DAS AÇÕES E EVENTOS PROMOCIONAIS:

6.1. As ações e eventos promocionais concretizam-se por meio do desenvolvimento de seminários, workshops, encontros, congressos, lançamento, criação e desdobramento de campanhas, promoção e ativação de produtos e serviços, participação/organização de feiras e exposições, participação/organização de eventos, ações de relacionamento com públicos estratégicos, eventos turísticos, shows e manifestações culturais.

7. DA APROVAÇÃO DAS PROPOSTAS DE EVENTOS E AÇÕES:

7.1. Os serviços serão executados sob demanda, de acordo com a necessidade e programação da **Prefeitura Municipal de Quebrangulo** que entregará à Contratada material contendo informações sobre a ação e/ou evento e objetivos pretendidos.

7.2. Após recebimento da demanda com as informações necessárias, a Contratada deverá apresentar proposta criativa para o atendimento da demanda informada, além da formatação, organização, coordenação, cronograma, fornecimento de infraestrutura, implementação, apoio logístico e proposta de orçamento.

7.3. Dentre as atividades a serem desenvolvidas pela Contratada, para a perfeita execução do objeto desta contratação destacam-se:

7.3.1. Elaboração e planejamento estratégico do projeto de ações promocionais ou eventos, contendo um detalhado plano de trabalho;

7.3.2. Planejamento estratégico de cada evento, com recomendação das ferramentas e ações de comunicação mais adequadas para o bom atingimento dos resultados esperados;

7.3.3. Coordenação geral das ações e eventos, incluindo participação nas reuniões preparatórias, supervisão administrativa, logística, financeira e de cerimonial;

7.3.4. Realização de ações e eventos de promoção culturais e turísticas com a participação e/ou promoção da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura;

7.3.5. Organização, execução e acompanhamento da preparação da infraestrutura física e logística para a realização das ações e eventos;



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos
Gabinete do Secretário



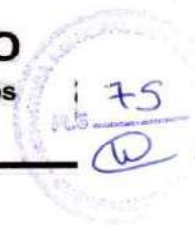
- 7.3.6. Prospecção de espaços adequados para a realização das ações e eventos, de acordo com a solicitação e a aprovação dos Órgãos da Prefeitura de Quebrangulo;
- 7.3.7. Solicitação de apoio de serviços de utilidade pública, quando necessário;
- 7.3.8. Preparação e consolidação de credenciamento, preenchimento de formulário de inscrição, de listas de frequência e de avaliação, bem como, a tabulação desses dados;
- 7.3.9. Fornecimento de informações e atendimento com presteza aos participantes das ações e eventos;
- 7.3.10. Coordenação dos serviços de recepção, de traslado, de alimentos e bebidas, de hospedagem e de plenário dos eventos, entre outros recursos necessários à realização da ação ou evento;
- 7.3.11. Prestação de serviços de assistência cultural e/ou turística e de confirmação de passagens;
- 7.3.12. Confeção de mapas de mesas de abertura, de encerramento, de almoços e de jantares, incluindo-se a identificação dos locais de assento e demais procedimentos de cerimonial e protocolo;
- 7.3.13. Acompanhamento de serviços de montagem e teste de equipamentos áudio visuais;
- 7.3.14. Assessoria nas atividades de cerimonial;
- 7.3.15. Identificação de características regionais e locais e as relativas a protocolo, que auxiliem na preparação das ações e eventos;
- 7.3.16. Documentação das ações e eventos, compreendendo o planejamento executivo, supervisão, organização, cobertura e documentação fotográfica, gravações, filmagens e edição;
- 7.3.17. Elaboração de produtos decorrentes das ações e eventos realizados, tais como relatórios, consolidação e tabulação de avaliações, sumários executivos, atas, anais, vídeos e publicações;
- 7.3.18. Concepção, confecção, montagem e transporte de materiais e de publicações para as ações e eventos;
- 7.3.19. Organização, captação, produção, geração e transmissão de eventos nacionais e internacionais, teleconferências com uso de Internet e outros meios eletrônicos;
- 7.3.20. Execução, supervisão e monitoramento dos serviços de multi endereçamento de mensagens, correspondências e material institucional, compreendendo as ações de expedição e/ou transmissão, nacional e internacional, por meio postagem (com e sem protocolo), fax e correio eletrônico, apresentação de relatórios contendo as listagens de emissão acompanhadas das respectivas confirmações de recebimento;
- 7.3.21. Elaboração e manutenção de lista de endereçamento da Prefeitura Municipal de Quebrangulo;
- 7.3.22. Elaboração e gerenciamento de banco de dados referentes às ações e eventos;
- 7.3.23. Criação e/ou confecção de peças para os eventos e ações de relacionamento a serem realizados, tais como: leiautes de e-mail marketing, mala direta, convites, panfletos, folders, banners, cartilhas, faixas, crachás, peças promocionais, etc;
- 7.3.24. Serviços de relações públicas, cerimonial, marketing direto e *contact center* para a realização dos eventos e ações;
- 7.3.25. Monitoramento e medição dos resultados, tanto de prestadores dos serviços, quanto de diversos aspectos dos eventos;
- 7.3.26. Demais ações pertinentes e necessárias à regular execução das ações ou eventos promocionais objeto deste Termo de Referência.



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos
Gabinete do Secretário



8. DO PLANO DE TRABALHO DA ATIVIDADE:

8.1. Para cada atividade a ser desenvolvida, será vinculado um Plano de Trabalho da Atividade (PTA), do qual decorrerá a Autorização de Serviço da atividade, com prazo estabelecido e de acordo com a prévia avaliação e autorização formal da **Prefeitura Municipal de Quebrangulo**.

8.2. O Plano de Trabalho da Atividade deverá apresentar o conteúdo mínimo, relacionado a seguir, podendo ser acrescidos de novos itens:

Objeto – especificando o conteúdo e características da atividade; **Estratégia** – descrevendo os objetivos a serem alcançados; as estratégias propostas e as ferramentas a serem utilizadas para atingir cada público-alvo envolvido;

Metodologia – descrevendo a concepção do trabalho a ser desenvolvido e metodologia através da qual o plano de trabalho será executado e acompanhado;

Plano de Execução e Relação de Serviços – compreendendo todas as etapas e atividades que serão desenvolvidas no evento ou ação promocional, com indicação da relação de todos os itens e serviços a serem realizados para consecução do objeto do PTA;

Equipe – relação da equipe técnica e auxiliar, com formação e experiência, bem como o quadro de responsabilidades segundo as atividades;

Carga horária – carga horária da equipe alocada para o desenvolvimento da atividade; **Custos** – detalhamento dos custos específicos para o desenvolvimento do PTA apresentado as composições;

Cronograma – contendo os prazos de todas as atividades, permanência da equipe materiais e serviços alocados.

9. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

9.1. A Contratada deverá acompanhar todas as ações/eventos que estiverem sob sua responsabilidade e informar à **Prefeitura Municipal de Quebrangulo** o nome e telefone de contato do responsável por tal acompanhamento.

9.2. A Contratada deve providenciar documentos de liberações, licenças permissões e/ou autorizações e recolhimentos de taxas que permitam a realização dos eventos/ações;

9.3. A Contratada deve providenciar documentos de liberações, licenças, permissões e/ou autorizações que lhes permitam a utilização de fotografias, materiais, artes ou qualquer bem tangível, bem como o direito de uso de imagem e som de voz na execução e divulgação dos serviços contratados, responsabilizando-se pela fiel observância dos limites fixados nos documentos retro mencionados.

9.4. Deverá ainda apresentar documento formal de cessão dos direitos patrimoniais de uso desse material à **Prefeitura Municipal de Quebrangulo**, que poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos, diretamente ou por intermédio de terceiros, com ou sem modificações, durante a vigência do Contrato e mesmo após seu término ou eventual rescisão, sem que lhe caiba quaisquer ônus perante, os cedentes desses direitos;

9.5. A Contratada responderá por qualquer ação judicial, movida por terceiros, com base na legislação de proteção à propriedade intelectual, direitos de propriedade ou direitos autorais, relacionadas com os serviços objeto deste certame.

CNPJ: 12.241.675/0001-01

Endereço: Avenida Graciliano Ramos, nº 250 – Centro – CEP: 57.750-000 Quebrangulo – AL
Telefone: (82) 3288-1159



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos
Gabinete do Secretário



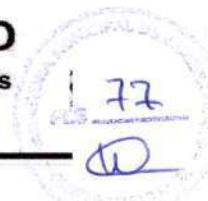
- 9.6. Quaisquer alterações ou acréscimos necessários durante o evento/ação deverão ser registrados e autorizados pela **Prefeitura Municipal de Quebrangulo**
- 9.7. Na hipótese da **Prefeitura Municipal de Quebrangulo** identificar a necessidade de utilização de algum item que não esteja incluído na proposta do evento/ação, solicitará o seu fornecimento à Contratada responsável pela ação/evento, devendo esta apresentar atualização da proposta inicial, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contadas a partir da requisição da Secretaria;
- 9.8. Caso seja necessário, os prazos poderão ser renegociados, desde que devidamente justificado pela Contratada e não afete o planejamento e realização da ação/evento;
- 9.9. A Contratada deverá substituir, imediatamente, sem qualquer ônus todo material, equipamento ou prestação de serviço, quando constatado mau funcionamento, defeito ou divergência do que foi solicitado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Contrato;
- 9.10. Ocorrendo fatos ou anormalidades que venham a prejudicar a perfeita execução dos serviços, deverá a Contratada comunicar à área responsável pela ação, por escrito e em tempo hábil de forma a viabilizar a interferência e a correção da situação apresentada;
- 9.11. Caso a **Prefeitura Municipal de Quebrangulo** disponibilize algum espaço (salas, auditório etc.) e/ou equipamentos e/ou outros materiais para ação/evento a ser realizado pela Contratada, esta ficará responsável pelo seu correto uso e conservação, inclusive recolhimento de material, insumo, recurso, equipamento após a realização do evento/ação, ressarcindo à Secretaria eventuais prejuízos que der causa;
- 8.3. A Contratada somente poderá contratar os serviços/despesas após a autorização expressa da Prefeitura Municipal de Quebrangulo.
- 9.12. A Contratada deve manter sob sua guarda, processo formal de cada uma das ações/eventos executadas, com toda a documentação necessária passível de comprovar a efetiva realização do evento/ação, para fins de auditoria a ser realizada pela Prefeitura Municipal de Quebrangulo ou demais órgãos;
- 9.13. Ao final de cada evento/ação a Contratada deverá providenciar o recolhimento e devolução à Prefeitura Municipal de Quebrangulo das sobras de materiais passíveis de reutilização devidamente relacionadas e quantificadas;
- 9.14. A peça promocional consiste na concepção baseada na linha criativa sugerida especificamente para cada evento/ação. Todas as peças a serem produzidas serão precedidas de apresentação de protótipo para aprovação;
- 9.15. A Contratada é responsável pelo armazenamento e conservação das peças promocionais a serem utilizadas nos eventos/ações sendo que só será permitida a utilização das mesmas quando em seu perfeito estado;
- 9.16. A Contratada deve se dispor a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura Municipal de Quebrangulo e seus respectivos órgãos, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências no tocante à execução dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas em Contrato;



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos
Gabinete do Secretário



9.17. A Contratada deve cuidar da administração e execução de todos os contratos firmados com terceiros para a execução do objeto do Contrato assinado com a **Prefeitura Municipal de Quebrangulo**, respondendo por todos os seus efeitos perante aqueles e à própria Secretaria;

9.18. Quando da utilização de peças de divulgação produzidas pelo MUNICÍPIO é de responsabilidade da Contratada o transporte, instalação/desinstalação e manutenção das mesmas;

9.19. A Contratada é responsável por todo e qualquer dano que causar à Contratante, ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados, mandatários ou fornecedores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelas Secretarias;

9.20. Qualquer tipo de atuação ou ação que a Contratada venha a sofrer em decorrência da prestação de serviços, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, deve eximir a Prefeitura Municipal de Quebrangulo de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

9.21. Todas e quaisquer despesas decorrentes da relação contratual estabelecida entre a Contratada e terceiros é de responsabilidade da Contratada, sendo certo que a Prefeitura Municipal de Quebrangulo, em hipótese alguma, durante a vigência do contrato, e mesmo após o seu término, será responsabilizada por qualquer pagamento, quer seja em foro administrativo ou judicial;

9.22. A Contratada deve apresentar, ao final de cada evento/ação, relatório completo e detalhado contendo todas as informações pertinentes à execução dos serviços, inclusive registros de imagem (fotografias e vídeos) que demonstrem a execução da ação/evento.

10. DA ESTRUTURA MÍNIMA E CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO:

10.1. Para a ordem de serviços, a Contratada deverá apresentar uma relação contendo o nome, qualificação e atribuições dos profissionais ocupantes de cargos/funções relevantes que se relacionarão com a Prefeitura Municipal de Quebrangulo durante a execução dos serviços, especialmente o Diretor Geral, o Profissional de Planejamento e Profissionais de Atendimento;

10.2. A comprovação da escolaridade e da experiência profissional com formação acadêmica e especialização, far-se-á por meio de currículo dos profissionais, contendo suas qualificações e experiência profissional, discriminando suas áreas de atuação, constando, entre outros dados, o nome das(s) empresa(s) ou instituição(ões) na(s) qual(is) desempenhou a(s) respectiva(s) função(ões);

10.3. É facultado à Prefeitura Municipal de Quebrangulo efetuar diligências para comprovar as informações prestadas na forma do subitem 8.2;

10.4. Contratada deve estruturar-se de modo compatível e prover toda a infraestrutura necessária à prestação dos serviços previstos neste Termo de Referência, com a qualidade e rigor exigidos, garantindo a plena operacionalidade, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

11. DA CONTRATAÇÃO DE FORNECEDORES PELA CONTRATADA:



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos
Gabinete do Secretário



11.1. Não é admitida a contratação de fornecedores pela Contratada para a prestação dos serviços de desenvolvimento de linha criativa e layout, planejamento, formatação, organização e coordenação;

11.2. Toda e qualquer contratação de fornecedores bem como a execução de qualquer serviço que envolva desembolso de recursos deverá ter a prévia e expressa e autorização da Prefeitura Municipal de Quebrangulo;

11.3. A possibilidade de contratação de itens não previstos no item 03 se dá em razão da finalidade da contratação pretendida, necessidade de surpreender o público alvo e para viabilizar a atividade intelectual criativa, mas estará limitado a até 15% (quinze por cento) do valor total do evento ou ação promocional;

11.4. Quanto ao previsto no item 03 deste Termo de Referência, trata-se de uma relação exemplificativa que não esgota as necessidades para a boa e regular prestação dos serviços necessários à perfeita execução do objeto da licitação;

11.5. A Prefeitura Municipal de Quebrangulo poderá, a qualquer tempo e a seu critério, levantar junto ao mercado, orçamentos para a execução dos serviços objeto do presente Contrato, sem a intermediação da Contratada;

11.6. Quando da contratação de fornecedores de bens ou serviços necessários para a fiel execução do Contrato, a Contratada obriga-se a exigir destes as mesmas condições do Contrato firmado com a Prefeitura Municipal de Quebrangulo, respondendo totalmente por todas as infrações eventualmente cometidas;

11.7. A Contratada obriga-se a sempre buscar a melhor qualidade para a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência;

11.8. A Prefeitura Municipal de Quebrangulo procederá, quando julgar necessária, à verificação prévia da adequação dos preços dos serviços de terceiros em relação aos do mercado;

11.9. Os preços propostos para a realização de quaisquer serviços são de exclusiva responsabilidade da Contratada, não lhes cabendo o direito de pleitear nenhuma alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

12. DAS CONDIÇÕES GERAIS SOBRE OS SERVIÇOS/MATERIAIS PASSÍVEIS DE CONTRATAÇÃO DE FORNECEDORES, CONSTANTES DESTES TERMOS DE REFERÊNCIA:

12.1. Itens de Infraestrutura e Materiais:

12.1.1. Alimentos e Bebidas:

12.1.1.1. Os alimentos e bebidas deverão ser servidos em louça, talheres e copos de vidro de boa qualidade, não descartáveis, com a presença de pelo menos um responsável da licitante durante o evento. A empresa deverá providenciar mobiliário, toalhas e guardanapos de boa qualidade, bem como, garçons, uniformizados, na quantidade adequada ao serviço solicitado, os quais deverão estar



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos
Gabinete do Secretário



contemplados no custo dos itens. A empresa deverá apresentar a proposta de cardápio para prévia autorização da Prefeitura Municipal de Quebrangulo e órgãos participantes;

12.1.1.2. Os itens que contemplam alimentos e bebidas poderão ser destinados a atender a eventos institucionais com a presença de autoridades, devendo ser obedecidas com rigor todas as regras de cerimonial e protocolo. A empresa deverá submeter pelo menos 3 (três) cardápios, assinados por representante de empresa de Buffet de reconhecida capacidade, para apreciação;

12.1.1.3. Os itens de alto padrão deverão ser servidos com louças, *réchauds*, garrafas térmicas, copos e taças de cristal, talheres, toalhas, guardanapos e mobiliário, todos de excelente qualidade e conforto. Além disso, os serviços deverão ser prestados por garçons com experiência e preparo para a função, devidamente uniformizados;

12.1.1.4. Todos os insumos, materiais e recursos humanos, descritos nos itens alimentos e bebidas deverão ser supridos pela Contratada e considerados na proposta de custos;

12.1.1.5. Os itens referentes a serviços em restaurante deverão ser oferecidos em restaurantes disponíveis na cidade que atendam a legislação municipal em relação as condições de higiene e serviços. Bebidas e alimentos devem estar perfeitamente harmonizados e serem servidos com material, louças, copos, taças, toalhas, mobiliários de alto padrão de qualidade.

12.1.2. Transportes:

12.1.2.1. Serão exigidos veículos com no máximo 03 (três) anos de fabricação e motoristas devidamente habilitado dentro da categoria estabelecida do veículo, uniformizados de acordo com o perfil do evento;

12.1.2.2. No caso dos traslados aeroporto-hotel ou hotel-aeroporto em carro executivo ou em táxi, a empresa ficará responsável pela recepção, na saída do desembarque, e acompanhamento do participante ou palestrante até o veículo que fará o traslado.

12.1.3. Equipamentos:

12.1.3.1. Os equipamentos deverão ser entregues, instalados e testados com antecedência mínima de 12 horas do início do evento e para eventos de grande porte 08 (oito) dias antes do início do evento;

12.1.3.2. Todos os insumos (papel, tonner, extensão, cabos, bateria e outros) necessários ao funcionamento dos equipamentos e à prestação dos serviços deverão ser supridos pela Contratada e considerados na proposta de custos.

12.1.4. Mobiliário, Montagens e Instalações:

12.1.4.1. No caso de montagem de estandes, estruturas e instalações elétricas, a Contratada deverá apresentar a respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) registrada no CREA do Estado/região onde será realizado o evento, do profissional legalmente habilitado como responsável técnico pela execução dos serviços.

12.1.5. Material de Apoio:



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos
Gabinete do Secretário



12.1.5.1. Quando necessária à contratação de brindes, a empresa deverá encaminhar a sugestão de brinde, de acordo com o perfil do evento e dos participantes e autoridades, bem como, o encaminhamento de pelo menos 03 (três) orçamentos para apreciação e aprovação. É facultada à Prefeitura Municipal de Quebrangulo e órgãos participantes a indicação de outros brindes e fornecedores, desde que comprovado tratar-se de menor valor ao indicado pela empresa.

12.2. Itens de Acompanhamento e Apoio Logístico.

12.2.1. Recursos Humanos:

12.2.1.1. A proposta de preços deve considerar despesas com uniforme, transporte e alimentação dos profissionais;

12.2.1.2. O Coordenador de Eventos poderá ser solicitado, caso necessário, durante o período de preparação do evento;

12.2.1.3. Os serviços a serem desempenhados pelas recepcionistas, serão, entre outros: prestação de informações, montagem e distribuição de material, orientação quanto à utilização dos equipamentos de informática instalados no evento, providências junto a companhias aéreas e empresas de turismo auxiliando os participantes, sem acarretar ônus, mediante comunicação telefônica ou via internet, na marcação de passagens e realização de check-in. As recepcionistas deverão estar municiadas de material de trabalho específico que permita o rápido atendimento das solicitações, tais como: lista de telefones de empresas aéreas, de restaurantes, de lojas especializadas em artigos turísticos, de pontos turísticos, de museus, entre outros.

12.2.2. Serviços Especializados:

12.2.2.1. A prestação dos serviços deve considerar despesas de transporte e alimentação dos profissionais;

12.2.2.2. Quando necessária à contratação de show típico, conjunto musical, artistas, cantores e músicos a empresa deverá apresentar pelo menos 03 (três) opções de contratação. É facultado a sugestão de outros shows, artistas, músicos ou conjunto musical, desde que comprovado tratar-se de valor compatível com o mercado.

13. DA FORMA DE REMUNERAÇÃO E DOS PREÇOS:

13.1. Após a perfeita execução dos serviços, devidamente atestados pela Prefeitura Municipal de Quebrangulo e órgãos participantes, o pagamento deverá ser efetivado mediante apresentação dos documentos de cobrança, compostos da Nota Fiscal/Fatura, emitida pela Contratada, por meio de crédito em conta corrente mantida pela Contratada, da seguinte forma:

13.1.1. Serviços de desenvolvimento de linha criativa, formatação de campanha/evento/ação (dependendo do porte) e criação de layout – será remunerada por valor fixo de cada item conforme Planilha de Linha Criativa, Layout e Preços Máximos, sem incidência de honorários.

13.2. Os pagamentos a terceiros por serviços prestados, devem ser efetuados pela Contratada, nos prazos e condições previamente aprovados, obrigando-se a Contratada a efetivar integralmente o



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos
Gabinete do Secretário



repassse aos fornecedores em até 24 (vinte e quatro) horas após efetivado o crédito em sua conta corrente, descontados os impostos devidos;

13.3. A Prefeitura Municipal de Quebrangulo e órgãos participantes pagará o percentual de até 50% (cinquenta por cento) na reutilização de peças, por período igual ao inicialmente pactuado, no tocante ao valor original dos direitos autorais e conexos, bem como em relação à cessão de uso de obras consagradas incorporadas a essas peças, a ser pago aos detentores dos direitos patrimoniais de uso dessas obras.

13.3.1. Para a reutilização por períodos inferiores, o percentual máximo será obtido pela regra de três simples;

13.3.2. Quando da reutilização de quaisquer peças, o valor a ser pago será negociado caso a caso com a Contratada, obedecido o percentual máximo definido no ato convocatório.

13.4. A Nota Fiscal/Fatura deve conter todos os elementos exigidos em lei, em especial:

13.4.1. identificação completa da Contratada: CNPJ da Contratada, endereço, inscrição estadual ou municipal, etc;

13.4.2. número da autorização para confecção e CNPJ da gráfica, impressos no rodapé da nota fiscal/fatura;

13.4.3. identificação completa da Contratante;

13.4.4. histórico detalhado e de forma clara contendo a descrição de todos os serviços/itens que compõem o objeto deste Contrato em documento anexo;

13.4.5. período a que se refere;

13.4.6. valores unitários e totais dos serviços prestados.

13.5. Cabe à Contratada a correta emissão da nota fiscal/fatura em conformidade com a legislação tributária pertinente, devendo buscar qualquer informação necessária junto ao Fisco ou outra fonte competente, não cabendo à Prefeitura Municipal de Quebrangulo e órgãos participantes prestar esse tipo de informação;

13.6. Os documentos para pagamento deverão ser apresentados em envelope identificado com o serviço ao qual se refere o faturamento, e entregues à Prefeitura Municipal de Quebrangulo e órgãos participantes, com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos da data do vencimento, para o devido ateste da prestação dos serviços e providências de pagamento;

13.6.1. A Prefeitura Municipal de Quebrangulo e órgãos participantes observará a legislação municipal e, sempre que exigido, fará a retenção do ISS na fonte e o respectivo repasse ao Município, independente da situação cadastral da Contratada na localidade onde os serviços estão sendo prestados, observando ainda, as alíquotas aplicáveis ao serviço contratado.

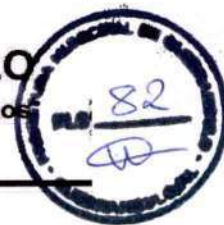
13.7. A fatura não aprovada será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo de pagamento da data de sua reapresentação.



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos
Gabinete do Secretário



13.7.1. A devolução da fatura não aprovada em hipótese alguma autorizará a Contratada a suspender a execução dos serviços ou a deixar de efetuar os pagamentos devidos aos seus fornecedores.

13.7.2. A Contratante não pagará nenhum acréscimo por atraso de pagamento decorrente de serviços, por parte da Contratada, com ausência total ou parcial da documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste Contrato.

13.7.3. A Prefeitura Municipal de Quebrangulo e órgãos participantes não pagará, sem que tenha autorizado prévia e formalmente, compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros.

13.7.4. Os eventuais encargos financeiros e outros decorrentes da inobservância pela Contratada de prazos de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

13.8. Por ocasião do pagamento será verificada a regularidade fiscal e trabalhista da Contratada, mediante consulta on-line em sistema da PMQ ou apresentação da documentação pertinente exigida por ocasião da licitação, para verificação da validade dos documentos, quais sejam:

13.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

13.8.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão quanto à Dívida Ativa da União e Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, incluindo as contribuições sociais), Estadual e Municipal, na forma da lei;

13.8.3. III prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

13.8.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, comprovada por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa, cujo prazo de validade, conferido por Lei, é de 180 (cento e oitenta) dias.

13.9. Constatada a situação de irregularidade a Contratada será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da comunicação, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

13.10. A Secretaria Municipal de Fazenda fará as retenções na fonte dos tributos, impostos, taxas e contribuições previstas em lei.

13.11. Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos serviços.

13.12. A contratada obriga-se ao final do Contrato apresentar declaração em face no prazo de 3 (três) meses, para quitação dos serviços prestados;

13.13. Vencido o prazo estipulado acima, quaisquer despesas que não tenham sido faturadas e quitadas correrão a expensas da Contratada, não cabendo qualquer responsabilidade sobre elas.



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos
Gabinete do Secretário



13.14. Nos casos que envolvam pagamentos de premiações e ressarcimentos de despesas, o faturamento deverá ser efetuado por terceiros diretamente contra a Prefeitura Municipal de Quebrangulo e órgãos participantes, sendo o mesmo capeado por um documento fiscal da Contratada com a inclusão dos honorários cabíveis;

13.14.1. Desta forma, nos pagamentos referentes a serviços decorrentes das campanhas de premiações e ressarcimentos, a retenção será efetuada em relação à Contratada e a cada uma das demais pessoas jurídicas prestadoras dos serviços, sobre o valor das respectivas notas fiscais.

13.15. A Prefeitura Municipal de Quebrangulo e órgãos participantes não remunerará, nem ressarcirá:

13.15.1. Os leiautes reprovados;

13.15.2. Ajustes realizados pela Contratada em serviços considerados como não aceitáveis, no todo ou em parte, sendo que estas despesas correrão às expensas da Contratada.

13.16. A Prefeitura Municipal de Quebrangulo e órgãos participantes ressarcirá, **sem incidência de honorários ou quaisquer outras taxas**, desde que devidamente comprovados.

13.16.1. Qualquer tipo de remuneração incidente sobre cachês, direitos autorais ou qualquer outro relacionado a direito patrimonial, tanto na sua utilização como na reutilização;

13.16.2. Despesas com passagem, hospedagem, refeição, ingresso, transporte, seja de parceiros, colaboradores ou convidados diretamente envolvidos e imprescindíveis para os eventos/ações;

13.16.3. Despesas com deslocamento, tais como: transporte, passagens, hospedagem, alimentação etc., de profissionais da Contratada, seus representantes e fornecedores, desde que autorizados;

13.16.4. Pagamento de taxas e tributos, emolumentos judiciais, fiscalização de anúncios, fiscalização de estabelecimentos, responsabilidade civil, seguros, recolhimento de imposto de renda, entre outras.

13.17. Será facultado à Prefeitura Municipal de Quebrangulo e órgãos participantes utilizar-se de contratos existentes de passagem e hospedagem, para realizar deslocamento de servidor, quando o mesmo encontrar-se a serviço, observando os normativos internos referentes ao assunto.

14. DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

14.1. Os serviços serão prestados em locais determinados pela Contratante conforme necessidade específica do Contratante, do interesse do Município de Quebrangulo Estado de Alagoas;

14.2. Poderá ocorrer eventualmente realização simultânea de dois ou mais eventos, recomendando-se à Contratada manter rígido controle do agendamento de eventos, de modo a que se evitem contratempos e os serviços alocados para um evento inviabilizem, injustificadamente, a realização de outro;



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos
Gabinete do Secretário



14.3. Salvo em casos justificados, a Contratada não poderá alegar inviabilidade de prestação de serviço em razão de tipos e quantidades de recursos previstos neste Termo de Referência.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

15.1. Proporcionar todas as facilidades e informações para que a Contratada possa desempenhar os serviços consoantes às cláusulas contratuais;

15.1.1. Orientar a Contratada quanto à necessidade de acatar as normas internas e as de controle de fluxo de bens e pessoas nas dependências da PMQ;

15.1.2. Permitir o acesso dos profissionais a serviço da Contratada, devidamente identificados, às dependências dos órgãos PMQ para prestação dos serviços;

15.1.3. Informar qualquer ato da Administração que venha a interferir direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

15.1.4. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada de acordo com os termos de sua proposta, com as condições, regras, descrições e caracterizações constantes deste Termo de Referência e com as cláusulas contratuais;

15.1.5. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, pelos servidores designados como gestores, anotando, conforme o caso, em registro próprio, as falhas detectadas, indicando data e horário, bem como o nome dos profissionais a serviço da Contratada eventualmente envolvido, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, podendo sustar, recusar, punir, mandar reparar, corrigir, refazer, remover ou substituir qualquer serviço que não esteja de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e seus Anexos;

15.1.6. Solicitar à Contratada reparação, correção, refazimento, remoção ou substituição, em tempo hábil, dos serviços ou recursos que não tenham sido considerados adequados, consoante às condições, regras, descrições e caracterizações contidas neste Termo de Referência;

15.1.7. Atestar, por meio do gestor, a execução dos serviços constantes da Autorização de Trabalho, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

15.1.8. Pagar à Contratada, dentro do prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar do ateste da nota fiscal, o valor resultante da prestação do serviço, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências convencionadas no contrato, e após o ateste dos serviços pelo gestor mediante preenchimento obrigatório do "Relatório de Execução", respeitando os prazos estipulados no contrato e na legislação vigente;

15.1.9. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal fornecida pela Contratada;

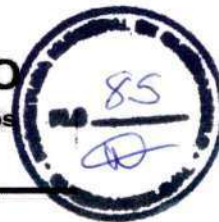
15.1.10. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Preposto ou coordenador relativamente a eventos;



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos
Gabinete do Secretário



15.1.11. Verificar se a empresa licitada designou, para a perfeita prestação dos serviços, somente profissionais especializados, habilitados, qualificados, treinados e autorizados, observando-se as condições, regras, descrições e caracterizações constantes deste Termo de Referência;

15.1.12. Acompanhar, por meio do gestor, a preparação do local de realização do evento, especialmente na adequação dos ambientes e na disposição dos equipamentos;

15.1.13. Exigir o imediato afastamento e/ou substituição de qualquer profissional a serviço da Contratada que demonstre inabilidade no trato dos serviços ou com autoridades, que constranja ou ameace o responsável pelo evento ou o coordenador ou que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das atribuições que lhe foram designadas;

15.1.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seu Preposto ou de funcionários a seu serviço.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

16.1. A partir da assinatura do contrato a Contratada responsabilizar-se-á pela realização das ações e eventos que a Contratante solicitar;

16.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, sempre que em desacordo com as condições, regras, descrições e caracterizações constantes deste Termo de Referência e seus Anexos, devendo ser reparados, corrigidos, refeitos, removidos ou substituídos, imediatamente, a expensas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades neste Termo de Referência.

16.3. Indicar, formalmente, antes do início dos serviços, visando manter contato permanente com a Contratante para acompanhamento dos serviços durante a execução do Contrato:

16.3.1. Preposto e respectivos números de telefone fixo, de fax e de celular, os quais deverão ser de custo local e estar acessíveis ininterruptamente, inclusive em datas comemorativas e feriados;

16.3.2. Conta de e-mail;

16.3.3. Número de fax.

16.4. Executar e zelar pela execução dos serviços conforme condições, regras, descrições e especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os recursos necessários na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta, sanando, em tempo hábil, eventuais falhas, erros ou inadequações;

16.5. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante, prestando todos os esclarecimentos solicitados de forma clara, concisa e lógica, e atendendo prontamente às reclamações formuladas;

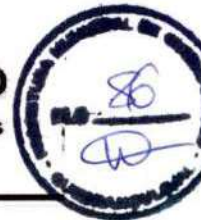
16.6. Relatar ao gestor toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços;



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos
Gabinete do Secretário



- 16.7.** Apresentar nota fiscal referente a todos os serviços prestado, juntamente com relatório de todos os recursos utilizados e respectivas quantidades em que se mencionem as Autorizações de Trabalho correspondentes;
- 16.8.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e demais leis aplicáveis, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, conforme especificada no Edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 16.9.** Abster-se de prestar serviços ou exercer atividades que não aqueles previstos neste Termo de Referência nas dependências dos órgãos da PMQ ou no local do evento;
- 16.10.** Abster-se de prestar serviços ou exercer atividades que gerem ônus, obrigações e ou responsabilidades para além dos avençados neste instrumento, no contrato e no Edital;
- 16.11.** Designar, para a perfeita prestação dos serviços, somente profissionais especializados, habilitados, qualificados, treinados e autorizados, observando-se as condições, regras, descrições e caracterizações constantes deste Termo de Referência;
- 16.12.** Apresentar os profissionais a seu serviço devidamente uniformizados e identificados, ademais de provê-los com equipamentos de proteção individual (EPI), quando for o caso, devendo substituí-los, imediatamente, caso sejam considerados inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares;
- 16.13.** Apresentar à Contratante a relação nominal dos profissionais que adentrarão o local do evento ou as dependências dos órgãos da Prefeitura de Quebrangulo para a prestação dos serviços;
- 16.14.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 16.15.** Não permitir trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 16.16.** Não contratar servidor do quadro da Prefeitura Municipal de Quebrangulo, ativo ou inativo há menos de cinco anos, ou ocupante de cargo em comissão;
- 16.17.** Instruir os profissionais a seu serviço a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência nesse sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 16.18.** Instruir os profissionais a seu serviço quanto à necessidade de acatar as normas internas e as de controle de fluxo de bens e pessoas nas dependências dos órgãos da Prefeitura Municipal de Quebrangulo;
- 16.19.** Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos profissionais alocados, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço conforme descritas neste Termo de Referência;



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos
Gabinete do Secretário



16.20. Realizar todas as transações comerciais necessárias à prestação dos serviços, subcontratados ou não, exclusivamente em seu próprio nome;

16.21. Abster-se de subcontratar empresa impedida de contratar com a Administração;

16.22. Cuidar para que os serviços a ser prestados não perturbem a ordem pública, a execução de serviços públicos e o pleno acesso às vias, e não causem dano a qualquer bem, público ou privado, tampouco danos físicos ou materiais a terceiros;

16.23. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

16.24. Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse da Contratante ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da prestação de serviços objeto deste Termo de Referência, devendo orientar os profissionais a seu serviço nesse sentido, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, conforme o caso;

16.25. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos na Lei nº 14.133/2021;

16.26. Abster-se de subcontratar empresa impedida de contratar com a Administração;

16.27. Cuidar para que os serviços a ser prestados não perturbem a ordem pública, a execução de serviços públicos e o pleno acesso às vias, e não causem dano a qualquer bem, público ou privado, tampouco danos físicos ou materiais a terceiros;

16.28. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

16.29. Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse da Contratante ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da prestação de serviços objeto deste Termo de Referência, devendo orientar os profissionais a seu serviço nesse sentido, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, conforme o caso;

16.30. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos da Lei nº 14.133/2021;

16.31. Apresentar a garantia financeira dentro do prazo de até 10 (dez) dias úteis partir da assinatura do contrato;

16.32. Apresentar oficialmente o Preposto que será o responsável direto da Contratada junto à Contratante por:

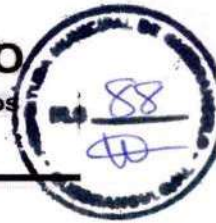
16.32.1. Assegurar, *in loco*, o cumprimento das obrigações gerais e específicas da Contratada;



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos
Gabinete do Secretário



16.32.2. Receber e encaminhar documentos relativos à prestação do serviço e ao fiel cumprimento deste Termo de Referência e do contrato, como Ordens de Serviço, Autorizações de Trabalho, notas fiscais, comprovantes, recibos, ofícios e cartas, entre outros;

16.32.3. Apresentar, por escrito, contra razões a eventuais penalizações resultantes da aplicação do "Relatório de Execução".

16.33. Reparar, corrigir, refazer, remover ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, imediatamente, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

16.34. Responder por quaisquer danos causados a bens de propriedade da PMQ ou de propriedade de terceiros em decorrência da prestação dos serviços;

16.35. Responsabilizar-se, ao término de cada evento, pela manutenção e conservação do ambiente de modo a entregá-lo à Administração nas mesmas condições em que o recebeu;

16.36. Proceder à coleta seletiva para descarte sustentável do lixo produzido, acondicionando o em recipientes lacrados, a serem entregues à equipe de limpeza do local do evento;

16.37. Cumprir as normas sanitárias vigentes, em especial a Resolução RDC/ ANVISA nº 216/2004;

16.38. Usar produtos de limpeza e higiene adequados à natureza dos serviços e que respeitem as normas ambientais vigentes;

16.39. Recomendar ao responsável pelo evento o uso de todos os itens e recursos suficientes e necessários a sua realização, primando pela adequação e pela eficiência da prestação do serviço;

16.40. Comunicar ao responsável pelo evento quanto à ausência ou insuficiência de itens e recursos necessários a sua realização, justificando-se por escrito se a pedido da Administração;

16.41. Apresentar oficialmente o Preposto que será o responsável direto da Contratada junto à Contratante por:

16.41.1. Assegurar, *in loco*, o cumprimento das obrigações gerais e específicas da Contratada;

16.41.2. Receber e encaminhar documentos relativos à prestação do serviço e ao fiel cumprimento deste Termo de Referência e do contrato, como Ordens de Serviço, Autorizações de Trabalho, notas fiscais, comprovantes, recibos, ofícios e cartas, entre outros;

16.41.3. Apresentar, por escrito, contra razões a eventuais penalizações resultantes da aplicação do "Relatório de Execução".

16.42. Reparar, corrigir, refazer, remover ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, imediatamente, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

16.43. Responder por quaisquer danos causados a bens de propriedade da PMQ ou de propriedade de terceiros em decorrência da prestação dos serviços;



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos
Gabinete do Secretário



16.44. Prestar esclarecimentos quanto aos itens e recursos alocados, de modo a que o responsável pelo evento tenha plena ciência de seu uso e possibilidades e possa otimizar sua aplicação;

16.45. Comunicar por escrito ao responsável pelo evento quanto a qualquer anormalidade ou impropriedade verificada que possam comprometer sua realização e a segurança de bens e pessoas;

16.46. Prestar os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo o local do evento sempre em perfeita ordem;

16.47. Primar pela instalação de mobiliário, equipamentos e utensílios com a antecedência suficiente e necessária à realização do evento, tendo por base prazos, condições, regras, descrições e especificações constantes deste Termo de Referência e seus Anexos;

16.48. Cumprir as instruções transmitidas pelo responsável pelo evento;

16.49. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;

16.50. Entregar a Contratante Autorização de Trabalho detalhada do evento com no mínimo 05 (cinco) dias corridos a contar da data do envio da Ordem de Serviço;

16.51. Apresentar ao Contratante a relação das hospedagens efetivas, emitida pelo estabelecimento (hotéis, pousadas, etc.), em papel timbrado, assinado, datado e conter do identificação do evento;

16.52. Responder formalmente ao relatório do evento emitido pela unidade solicitante, justificando a ocorrência de eventuais problemas detectados durante a execução dos serviços e da realização do evento;

16.53. Caso a Contratada preste, antes da realização do evento, informações que, comprovadamente, não se enquadrem nas reais necessidades ou que não condizem com a realidade, o Contratante poderá penalizar a Contratada;

16.54. Não será permitida à Contratada a cobrança relacionada a itens não incluídos na Ordem de Serviço e Autorização de Trabalho aprovados;

16.55. A Contratada deverá coletar assinaturas dos participantes do evento nos períodos de sua realização (matutino e vespertino) para comprovação de presença;

16.56. Apresentar, ao final de cada evento/ação, relatório completo e detalhado contendo todas as informações pertinentes à execução dos serviços, inclusive fotografias que demonstrem a execução da ação/evento.

17. DA ALTERAÇÃO E CANCELAMENTO DE AÇÕES E/OU EVENTOS:

17.1. A Contratada poderá determinar alteração, mediante comunicação prévia à Contratada para que faça a alteração constar da Autorização do Trabalho;



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos
Gabinete do Secretário



17.2. A alteração poderá compreender inclusão, exclusão, modificação e ou substituição de serviços;

17.3. Caso a ação ou o evento seja cancelado, em parte ou integralmente, deverão ser submetidas ao Contratante as despesas já incorridas, desde que devidamente comprovadas, para fins de análise quanto ao ressarcimento;

17.4. No caso acima informado, a Contratada deverá comprovar por meio de apresentação de documento fiscal original emitido pela empresa subcontratada (Exemplo: hotéis, buffet, equipamentos eletroeletrônicos, etc.) e de cópia autenticada do contrato firmado, contendo detalhamento da efetiva contratação e confirmação do pagamento das despesas;

17.5. Os valores somente poderão ser cobrados pela Contratada em caso de cancelamento total ou parcial da Autorização de Trabalho já aprovado pelo gestor;

17.6. A verificação da adequação da prestação do serviço será realizada com base nas condições, regras, descrições e caracterizações previstas no Edital e seus Anexos;

17.7. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto na lei nº 14.133/2021;

17.8. A fiscalização de que trata este capítulo não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desse não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a lei nº 14.133/2021;

18. DA PROPRIEDADE AUTORAL:

18.1. Fica estabelecido que todos os trabalhos produzidos no âmbito desta contratação são de propriedade da Prefeitura Municipal de Quebrangulo, ficando a ela reservada direitos autorais e de uso de imagem na forma prevista na legislação vigente;

18.2. Quando a Contratada, por intermédio de seus diretores, empregados ou quaisquer prepostos, desempenharem atribuições caracterizadas como de concepção, criação ou produção intelectual, artística ou técnica, os direitos autorais sobre as obras resultantes de sua atividade pertencerão exclusivamente à Prefeitura Municipal de Quebrangulo, conforme o pactuado por meio do presente instrumento, de acordo com o artigo 49 e seguintes e parágrafo único do art. 11 da Lei 9.610/98;

18.3. Será lícito à Prefeitura Municipal de Quebrangulo a transmissão a terceiros dos direitos ora cedidos, por cessão ou concessão, direitos totais ou parciais, de sua utilização econômica, de forma gratuita ou onerosa;

18.4. Fica certo e ajustado entre as partes que a Contratada não poderá reproduzir o trabalho realizado em virtude do presente instrumento por qualquer forma ou a qualquer título, exceto como divulgação de seu trabalho em apresentações da própria empresa;

CNPJ: 12.241.675/0001-01

Endereço: Avenida Graciliano Ramos, nº 250 – Centro – CEP: 57.750-000 – Quebrangulo – AL

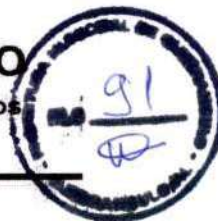
Telefone: (82) 3288-1159



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos
Gabinete do Secretário



18.5. Sempre que necessário, as peças produzidas para as campanhas/eventos/ações institucionais e promocionais, devem conter: Termo de direito de uso da imagem, resumo detalhado, nome do(s) ator(es)/atriz(es) ou personalidade(s) que tenham reconhecimento nacional, nome do produtor, data(s) de veiculação, ano da produção, duração da gravação;

19. DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

19.1. Relativo às condições de prestação de serviços, a CONTRATADA deverá:

19.1.1. Prestar os serviços obedecendo rigorosamente às condições do Edital, de seus anexos;

19.1.2. Prestar os serviços obedecendo rigorosamente às condições da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, se houver;

19.1.3. Prestar os serviços obedecendo rigorosamente à legislação vigente inerente ao objeto;

19.1.4. Cumprir com a legislação aplicável.

20. DA FISCALIZAÇÃO:

20.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

20.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

20.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

20.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

20.5. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

Preposto

20.6. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de realização dos serviços.

20.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

20.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos
Gabinete do Secretário



20.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Municipal nº 27, de 2023, art. 22, VI).

20.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133 de 2021, art. 117, §1º e Decreto Municipal nº 27, de 2023, art. 22, II);

20.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto Municipal nº 27, de 2023, art. 22, III);

20.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Municipal nº 27, de 2023, art. 22, IV);

20.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Municipal nº 27, de 2023, art. 22, V);

20.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto Municipal nº 27, de 2023, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

20.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 22, X, XI, do Decreto Municipal nº 27, de 2023).

20.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto Municipal nº 27, de 2023, art. 22, XIII).

Gestor do Contrato

20.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Municipal nº 27, de 2023, art. 21, IV).

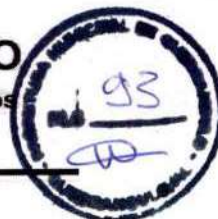
20.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Municipal nº 27, de 2023, art. 21, II).



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos
Gabinete do Secretário



20.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Municipal nº 27, de 2023, art. 21, III).

20.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Municipal nº 27, de 2023, art. 21, VIII).

20.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzi-lo pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Municipal nº 27, de 2023, art. 21, IX).

20.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais conclusões a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Municipal nº 27, de 2023, art. 21, VI).

20.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

21. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021 a Contratada que:

21.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

21.1.2. Pelo atraso injustificado, pela inexecução total ou parcial do objeto;

21.1.3. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.4. Fraudar na execução do contrato;

21.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;

21.1.6. Cometer fraude fiscal;

21.1.7. Não mantiver a proposta.

21.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

21.2.2. Multa moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 02 (dois) dias;

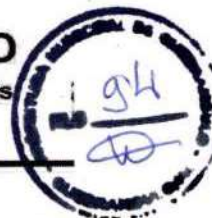


ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos

Gabinete do Secretário



21.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

21.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

21.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.2.6. Impedimento de licitar e contratar com o Prefeitura Municipal de Quebrangulo com o consequente descredenciamento no Cadastro Municipal pelo prazo de até cinco anos;

21.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

21.3. Também fica sujeito às penalidades a Contratada que:

21.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

21.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Municipal.

21.7. As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo de 05 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor do fornecimento, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da Administração Municipal.

21.8. Caso o valor da multa seja superior ao valor da garantia prestada, quando exigida, a Contratada responderá pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, cobrada judicialmente.

21.9. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades, a depender do grau da infração cometida pela Contratada e dos prejuízos causados à Administração Pública



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos
Gabinete do Secretário



Municipal, não impedindo que a Administração rescinda unilateralmente o contrato ou cancelamento da Ata.

22. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DOS LICITANTES:

22.1. A habilitação jurídica da empresa licitante deverá ser comprovada mediante a apresentação:

22.1.1. De registro comercial no caso de empresário individual;

22.1.2. Em se tratando de sociedades empresárias, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, ou contrato social consolidado devidamente registrados acompanhados, quando for o caso, dos documentos societários comprobatórios de eleição ou designação e investidura dos atuais administradores;

22.1.3. No caso de sociedades simples, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações superveniente em vigor, devidamente registrado e acompanhado dos atos comprobatórios de eleição e investidura dos atuais administradores;

22.1.4. Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

22.2. A regularidade fiscal e trabalhista da empresa licitante deverá comprovada mediante a apresentação de:

22.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

22.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

22.2.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, que abrange inclusive as contribuições sociais previstas na lei 8.212/91;

22.2.4. Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal da sede da licitante;

22.2.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

22.2.6. Prova de inexistência de débitos trabalhistas CND (lei nº 12.440/2011);

22.2.7. Prova de inscrição no Cadastro no Conselho Regional de Administração - CRA.

22.3. A qualificação econômico-financeira da empresa licitante deverá comprovada mediante apresentação de:

22.3.1. Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, acompanhada de certidão contendo a indicação dos cartórios da Comarca competentes para a sua emissão, salvo em se tratando de Cartório Único ou de Central de Distribuição, com essa indicação contida na própria Certidão válida na data de apresentação e, quando não indicado prazo de validade, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias, da data da apresentação da proposta;

CNPJ: 12.241.675/0001-01

Endereço: Avenida Graciliano Ramos, nº 250 - Centro - CEP: 57.750-000 - Quebrangulo - AL
Telefone: (82) 3288-1159



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos
Gabinete do Secretário



22.3.2. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, registrado na Junta Comercial, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

22.3.3. As empresas com menos de um ano de exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial e demonstração do resultado, levantado conforme o caso, quando o balanço de abertura não contiver todas as informações necessárias para aferição da situação financeira do licitante;

22.3.4. O cumprimento do que trata o item 20.3 deverá ser feita através de cópias do livro diário (número do livro, termo de abertura e encerramento), inclusive cópias autenticadas das folhas onde constem o balanço patrimonial e demonstrativos contábeis extraídas deste Livro, com evidência e registro na Junta Comercial ou publicação na imprensa, de acordo com a personalidade jurídica do licitante;

22.3.5. O Balanço Patrimonial e demonstrações Contábeis deverão estar assinados por seu titular ou representante legal e pelo contador ou profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

22.3.6. Se necessária a atualização do Balanço e do capital social, deverá ser apresentado juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente;

22.3.7. Para as empresas constituídas na forma de Sociedade Anônima ou por Ações, o balanço deverá ser apresentado em publicações do Diário Oficial e registrado no órgão competente (art. 176, § 1º, e 289, § 5º, da Lei No 6.404), devendo ser apresentado o balanço referente ao exercício social já exigível, conforme preceitua o art. 132 da Lei 6.404/76 e demais dispositivos legais pertinentes;

22.3.8. Para as empresas constituídas sob as demais formas societárias, o Balanço deverá ser apresentado devidamente assinado por Contador, e por um diretor, na forma da lei;

22.3.9. A boa situação financeira do licitante será aferida pela aplicação das fórmulas abaixo, cujo cálculo deverá ser demonstrado em documento próprio, devidamente assinado por contador/contabilista habilitado:

$$\text{ILG} = \text{ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,50$$

$$\text{ILC} = \text{ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,50$$

22.3.10. As fórmulas em apreço deverão estar aplicadas em memorial de cálculos, como parte integrante do balanço apresentado;



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos
Gabinete do Secretário



22.3.11. Caso o cálculo dos índices não esteja juntado ao banejo, a Prefeitura Municipal de Quebrangulo reserva-se o direito de efetua-los para fins de verificação do atendimento do valor mínimo dos índices solicitados, desde que constem no Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis todos os dados e informações necessários para aplicação das fórmulas;

22.3.12. Comprovação do Capital Social integralizado, registrado e publicado, podendo ser atualizado até a data da licitação, através do Índice Geral de Preço -- Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas.

22.3.13. As empresas que apresentarem resultado inferior a 1,50 (um e meio) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (vinte por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

22.4. A qualificação técnica da empresa será comprovada mediante apresentação de:

22.4.1. Atestado(s) ou declaração(ões) ou certidão(ões) de capacidade técnica que comprove(m) que a licitante prestou serviços com características compatíveis ao objeto desta licitação, com no mínimo público acima de 70.000 (setenta mil) pessoas. O atestado ou declaração ou certidão deverá ser apresentado em papel timbrado do emitente, assinado, com telefone de identificação do assinante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado;

22.4.1.1. Para fins de compatibilidade, será(ão) considerado(s) o(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) que comprove(m) ter o licitante prestado, no mínimo 04 (quatro) dos seguintes itens;

22.4.1.1.1. Planejamento, criação, produção e logística de eventos abertos ao público externo, com ou sem cobrança de ingressos;

22.4.1.1.2. Ativação de eventos institucionais e/ou culturais e/ou promocionais;

22.4.1.1.3. Ações de relacionamento com o público externo;

22.4.1.1.4. Organização e implementação de pelo menos um dos seguintes eventos: feiras, exposições, convenções, seminários, encontros, fóruns, simpósios, congressos e cursos;

22.4.1.1.5. Planejamento, ornamentação de festas, criação e produção de estandes e ações promocionais em eventos não proprietários;

22.4.1.1.6. Planejamento, criação e produção de ações promocionais de grande, médio e pequeno porte.

22.4.1.2. Declaração do licitante de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

22.4.1.3. Declaração de que possui instalações, aparelhamento e pessoal técnico, adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação;

CNPJ: 12.241.675/0001-01

Endereço: Avenida Graciliano Ramos, nº 250 - Centro - CEP: 57.750-000 - Quebrangulo - AL
Telefone: (82) 3288-1159



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos
Gabinete do Secretário

22.4.1.4. Declaração com a indicação da qualificação dos profissionais técnicos que serão disponibilizados para execução do contrato.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

23.1. A Taxa de Administração máxima estimada por este órgão público para a prestação de serviços de produção de eventos é de 34,33% (Trinta e quatro virgula trinta e três por cento).

23.2. O valor dos serviços a serem prestados não poderão exceder os valores estimados por esta administração, conforme disponibilizados em anexo, sob pena de todas as penalidades previstas.

23.3. Quaisquer dúvidas existentes, quanto aos elementos deste Termo de Referência, deverá ser consultada através dos responsáveis legais representantes da Administração Pública.

24. DAS UNIDADES INTERESSADAS:

24.1 As unidades interessadas na realização da presente ação são: Secretaria Mun. da Administração, Secretaria Mun. de Educação, Esporte e Lazer, Secretaria Mun. da Saúde, Secretaria Mun. da Assistência Social, Secretaria Mun. De Finanças, Secretaria Mun. de Agricultura, e Secretaria Mun. De Obras e Infraestrutura.

25. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

25.1 O custo estimado é de **R\$ 2.010.091,10 (Dois milhões e Dez mil e noventa e um reais, e dez centavos)**. Nos valores estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

26. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

26.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Municipalidade no ato da solicitação.

Quebrangulo - AL, 03 de Outubro de 2024.

RUBEM TADEU HOLANDA CORREIA TENÓRIO

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos.

CNPJ: 12.241.675/0001-01

Endereço: Avenida Graciliano Ramos, nº 250 – Centro – CEP: 57.750-000 - Quebrangulo – AL

Telefone: (82) 3288-1159





**ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO**

APÊNDICE DO ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO

AV. GRACILLIANO RAMOS, 250 - CENTRO - QUEBRANGULO/EST. DE ALAGOAS. Cep
57750000
CNPJ: 122.416.750/0001-01

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

Lei Federal no 14.133, de 01 de abril de 2021

1. DADOS DO SETOR(ES) REQUISITANTE(S)

SECRETARIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Setor Requirante (Unidade/Setor/Depto)	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Responsável pela Demanda	RUBEM TADEU HOLANDA CORREIA TENÓRIO

I - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

Registro de Preços na modalidade Pregão Eletrônico, tipo Menor taxa administrativa, para a Contratação de empresa especializada para futura e eventual realização de produção de eventos públicos para prestação de serviços na organização de eventos, sob demanda, compreendendo: planejamento, formatação, organização, coordenação, produção e execução, incluindo nesta o fornecimento de infraestrutura e de material, acompanhamento e implementação de apoio logístico e operacional destinados aos eventos da Prefeitura Municipal de Quebrangulo/AL, conforme especificações, condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

II - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS

A contratação de serviços especializados na promoção, planejamento, logística e execução de eventos para a Prefeitura Municipal de Quebrangulo/AL exige a definição de requisitos claros e objetivos, que orientem a celebração do contrato de maneira eficiente e eficaz. Esses requisitos devem estar alinhados com critérios de sustentabilidade, leis e normativas pertinentes, e padrões de qualidade e desempenho, assegurando a obtenção da solução mais vantajosa e a harmonia com os princípios estabelecidos na Lei 14.133.

Requisitos Gerais;

Capacidade de planejamento e organização de eventos de diversos formatos e tamanhos;

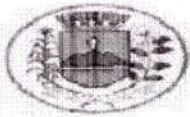
Experiência comprovada na realização de eventos governamentais, culturais e sociais;

- Agilidade na montagem e desmontagem de estruturas para eventos;
- Disponibilidade para atender a eventos programados e demandas emergenciais;
- Qualidade no atendimento e na prestação dos serviços ofertados.
- Requisitos Legais Conformidade com a Legislação Municipal, Estadual e Federal no que se refere à execução de eventos;

Obtenção de todas as licenças e autorizações necessárias para a realização dos eventos;

- Atendimento às normas de segurança, higiene e saúde no trabalho;
- Regularidade fiscal e trabalhista.
- Requisitos de Sustentabilidade Práticas que minimizem o impacto ambiental dos eventos;





PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO

AV. GRACILLIANO RAMOS, 250 - CENTRO - QUEBRANGULO/ESTADO DE ALAGOAS. Cep
57750000
CNPJ: 122.416.750/0001-01

- Gestão de resíduos eficaz, incluindo coleta seletiva e reciclagem;
 - Medidas para redução do consumo de água e energia nos eventos.
 - Requisitos da Contratação Apresentação de equipe técnica qualificada e com experiência na realização de eventos similares aos solicitados pela Prefeitura;
- Disponibilidade de equipamentos e tecnologias adequadas à realização dos eventos;
- Transparência na precificação dos serviços e na proposta comercial;
 - Flexibilidade para adaptação às exigências específicas de cada evento, sem comprometer a qualidade ou segurança.
 - A premissa para a contratação é que a empresa atenda plenamente à necessidade de realização de eventos municipais, propiciando ambientes seguros, acessíveis e confortáveis para todos os participantes, assim como a promoção de práticas sustentáveis.
 - A descrição dos requisitos contemplados neste documento visa garantir uma contratação efetiva que atenda às expectativas da administração pública municipal e ao mesmo tempo instigue a participação ativa de diversos licitantes, preservando a competitividade e a obtenção da melhor relação custo-benefício, em conformidade com os princípios e diretrizes da Lei 14.133 de 2021.

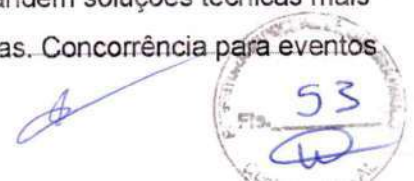
III - LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA PROSPECÇÃO E ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS DE SOLUÇÕES, PODENDO, ENTRE OUTRAS OPÇÕES:

O levantamento de mercado é uma etapa crucial para garantir que a contratação de serviços especializados de promoção, planejamento, logística e execução de eventos, para atender as diversas unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Quebrangulo/AL, seja realizada de forma eficiente e alinhada com as soluções de mercado disponíveis. A seguir, apresentamos as soluções de mercado.

disponíveis, as formas de contratações mais utilizadas e a avaliação das opções para atender ao objeto do Estudo Técnico Preliminar (ETP):

Soluções de Mercado Disponíveis:

- Serviço completo de promoção e produção de eventos, incluindo planejamento,
- organização, logística e execução. Contratação de mão de obra especializada para a composição das equipes de trabalho necessárias nas diversas etapas do evento. Serviços de segurança, limpeza, montagem de estruturas temporárias, decoração,
- sonorização e iluminação especializada. Contratação de tecnologia de eventos, como plataformas de registro e gerenciamento de participantes, aplicativos de eventos e soluções de transmissão ao vivo. Empresas de catering para fornecimento de alimentação e bebidas.
- Agências de publicidade e marketing para divulgação e promoção do evento.
- Formas de Contratações Mais Utilizadas:
- Contratação direta para serviços de baixa complexidade ou de pequeno valor.
- Tomada de preços para contratações de serviços especializados que demandem soluções técnicas mais sofisticadas, dada a necessidade de elaboração de propostas mais detalhadas. Concorrência para eventos





PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO

AV. GRACILLIANO RAMOS, 250 - CENTRO - QUEBRANGULO/ESTADO DE ALAGOAS. Cep
57750000
CNPJ: 122.416.750/0001-01

de grande porte, dada a necessidade de ampla pesquisa de mercado e avaliação minuciosa das propostas.

•Pregão eletrônico, para aquisição de bens e serviços comuns, que é a modalidade de contratação.

Análise e Avaliação para Atender as Necessidades do ETP:

Após a análise das soluções de mercado e das formas de contratação, conclui-se que a modalidade Pregão Eletrônico, adotada neste processo, é adequada para atender as necessidades da contratação. Essa modalidade é a mais viável operacionalmente por proporcionar uma ampla competição, transparência e rapidez no processo licitatório. O Pregão Eletrônico permite a obtenção de preços mais vantajosos e está alinhado ao princípio da eficiência, conforme estabelecido pela Lei 14.133. Esse formato é altamente recomendado para contratações de serviços comuns, como é o caso dos serviços de execução de eventos, onde a definição do melhor fornecedor pode ser objetivamente determinada pelo critério de menor preço. Embora outras formas de contratação possam ser aplicáveis dependendo do contexto e da complexidade de cada evento, a agilidade e a eficácia do Pregão Eletrônico no contexto dos eventos mais comuns e recorrentes, como os identificados nas demandas da Prefeitura Municipal de Quebrangulo, justificam a escolha dessa modalidade como a mais vantajosa e conveniente.

IV - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO, ACOMPANHADA DAS JUSTIFICATIVAS TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO

A solução para atendimento da necessidade de promoção, planejamento, logística e execução de eventos para a Prefeitura Municipal de Quebrangulo deve ser abrangente, englobando todas as etapas desde a concepção até a realização final do evento, bem como o pós-evento. Com base na análise de mercado e considerando o artigo 18 da Lei 14.133/2021, que orienta sobre a fase preparatória do processo licitatório caracterizada pelo planejamento, a solução contemplará:

Planejamento inicial, que inclui a compreensão dos objetivos específicos de cada evento;
Elaboração de projetos detalhados que especifiquem todas as atividades a serem realizadas, alinhando-os com o escopo e os objetivos definidos pelas unidades administrativas da Prefeitura;
Definição clara das responsabilidades e cronograma de execução, assegurando que todos os envolvidos compreendam suas tarefas e prazos para a execução eficiente;
Gestão e coordenação de todas as etapas do evento, garantindo que cada uma delas ocorra conforme planejamento; Logística que engloba a montagem e desmontagem de estruturas, transporte, segurança, limpeza e demais serviços que se façam necessários;
Atendimento às normativas de segurança, acessibilidade e conforto, em linha com o que é preconizado pela Lei 14.133/2021;
Mecanismos de controle e avaliação contínua, permitindo ajustes em tempo real e garantindo a adaptação a imprevistos e mudanças de cenário;





PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO

AV. GRACILLIANO RAMOS, 250 - CENTRO - QUEBRANGULO/ESTADO DE ALAGOAS. Cep
57750000
CNPJ: 122.416.750/0001-01

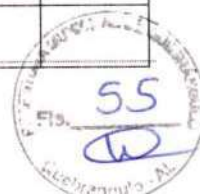
Adoção de práticas sustentáveis, incluindo possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras, em alinhamento com o desenvolvimento nacional sustentável preconizado pela lei;

Relatórios pós-evento que contribuam para avaliações de desempenho e para o planejamento de futuras atividades.

A solução foi escolhida após extenso estudo de mercado, considerando a eficiência de métodos, a qualidade dos serviços ofertados e as experiências passadas de sucesso. Igualmente, levou-se em consideração a relação custo-benefício e o compromisso com princípios de sustentabilidade, eficiência, eficácia e proporcionalidade em conformidade com o artigo 5º da Lei 4.133/2021, de modo a gerar o resultado mais vantajoso para a Administração Pública, em alinhamento com os objetivos estabelecidos no artigo 11 da referida lei.

V - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS,

Lote 1 SERVIÇOS				
ITEM	DESCRIÇÃO	U/M	QTD	RS UNI
1	AGENTE DE TRÂNSITO: Pessoa treinada para apoiar na orientação e controle do trânsito nos dias de eventos e que estejam uniformizados com coletes sinalizados.	Diária de 8h	150	
2	SERVIÇOS GERAIS: Profissional responsável pela execução de tarefas gerais, trabalhos de limpeza e conservação em geral, capacitado e uniformizado, com material de incluído como (panos de chão, aspirador, vassouras, baldes, papel higiênico de boa qualidade, sabonete cremoso de boa qualidade, saco de lixo, demais produtos químicos necessários à limpeza, desinfecção e desodorização do ambiente) para atuar nas áreas onde ocorrerão os eventos, tais como: banheiros, salas, camarotes, ruas, etc	Diária de 8h	300	
3	APOIO PARA SERVIÇOS GERAIS: Pessoa responsável pelo transporte de carga/materiais diversos e apoio em pequenos serviços como afixação de painel, ajuste de mobiliário em estantes, etc.	Diária de 8h	300	
4	MESTRE DE CERIMÔNIA: Profissional capacitado, com experiência e boa oratória e com experiência em eventos. Obs.: uniformizado com Terno (homem)/roupa esporte fino(mulher).	Diária de 8h	50	
5	LOCUTOR: Profissional capacitado, com boa dicção e com experiência em eventos.	Diária de 8h	50	
6	RECEPCIONISTA: Profissional capacitado com experiência em eventos e em recepcionar autoridades. Deverá estar uniformizada (ou vestido social preto, ou terno preto- Padronizado).	Diária de 8h	50	
7	COORDENADOR DE EVENTOS: Profissional capacitado com experiência, que tenha facilidade em trabalhar em equipe e tenha experiência em coordenar a equipe responsável pela execução do evento. Vestidos com trajes adequados (vestido social ou terno) e que tenha uma identificação diferenciada dos demais, para facilitar a comunicação com o Contratante e demais responsáveis pelo evento.	Diária de 8h	50	
8	GARÇOM: Profissional devidamente qualificado, com experiência em eventos. Deverão estar com trajes adequados.	Diária de 8h	50	
9	DECORADOR: Profissional capacitado, com experiência para auxiliar na decoração dos eventos ajudando a equipe responsável pela decoração.	Diária de 8h	50	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO**

AV. GRACILLIANO RAMOS, 250 - CENTRO - QUEBRANGULO/ESTADO DE ALAGOAS. Cep

57750000

CNPJ: 122.416.750/0001-01

10	AUXILIAR DE DECORADOR: Profissional capacitado com experiência para auxiliar na decoração dos eventos ajudando equipe responsável pela decoração	Diária de 8h	50	
11	ELETRICISTA: Profissional capacitado em alta e baixa tensão para eventualidades durante os eventos.	Diária de 8h	50	
12	SEGURANÇA DESARMADA: Profissional capacitado para a realização de segurança privada desarmada devidamente uniformizado, os quais atuem com detectores de metais, munidos de rádios de comunicação, uniformizados e com crachás de identificação, convenientemente instruídos para os cuidados de relacionamento com o público, bem como suporte de apoio tático de emergência, central 24 horas e profissional capacitado na área de planejamento operacional. Turno de 12 (doze) horas.	Diária de 12h	600	
13	BANDA MUSICAL OU GRUPO CULTURAL: Com reconhecimento municipal e/ou regional e com no mínimo 05 (cinco) componentes e duração mínima de 03 (três) horas de apresentação. Incluso traslado e despesa de deslocamento.	Apresentação	50	
14	PRODUTOR ARTÍSTICO: Profissional capacitado responsável pela produção Artística em eventos e/ou ações promocionais, com comprovada experiência - Sujeito a Aprovação.	Diária de 8h	30	
15	ASSISTENTE TÉCNICO: Profissional com experiência e habilidade técnica em sua respectiva área objetivando assistência técnica às atividades de montagem, produção e operação de equipamentos.	Diária de 8h	50	
16	BOMBEIRO CIVIL: Profissional com experiência e habilidade técnica apto a inspecionar e testar equipamentos de segurança bem como, a prestação de primeiros socorros.	Diária de 8h	250	
17	PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS E PÂNICO: Profissional habilitado, com especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, seja ele arquiteto ou engenheiro civil.	Por Projeto	10	

LOTE 2 ALIMENTAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	U/M	QTD	RS UNI
1	ALIMENTAÇÃO CAMARIM: Buffet para camarim composto de: Quatro opções de Frutas - 02 unidades por pessoa/dia; Café (com e sem açúcar) - 02 garrafas térmicas/dia; Pãozinho de lúcia (ou similar) - 05 unidades por pessoa; Salgadinhos de forno e quentes - 03 unidades por pessoa; 01- Tábua de frios contendo presunto, 03 tipos de queijo, salaminho, azeitonas verde e preta - Água de coco - Energético - Uma opção de suco de fruta natural e cítricos - 300 ml por pessoa; Refrigerante - 2 latinhas por pessoa; Frutas de época; Isopor com gelo em cubo. Água mineral 500 ml - 3 por pessoa.	Custo por Pessoa	1500	
2	ALIMENTAÇÃO LANCHES: 02 por pessoa de Kit Lanche - Sanduiche Misto (pão de hambúrguer, com 1 fatia de carne de hambúrguer, 01 fatia de 10g queijo prato e 1 fatia de 10g de presunto cozido de boa qualidade) acompanhando de um refrigerante em lata de 300ml.	Custo por Pessoa	2.000	
3	ALIMENTAÇÃO: Almoço/Jantar (tipo Buffet com cardápio diversificado fornecido pelo contratante), contendo 02 tipos de carnes, saladas variadas, 03 tipos de acompanhamentos quentes (arroz, feijão e macarrão de boa qualidade), 01 tipo de refrigerante, 01 água mineral ou 01 suco de polpa de fruta de 300 ml por pessoa.	Custo por Pessoa	1.000	
4	COFFEE BREAK: Água mineral (com e sem gás), chocolate quente, café, leite, chá, 2 tipos de suco de frutas, 2 tipos de refrigerante de boa qualidade (normal e dietético), 2 tipos de mini sanduiches, 3 tipos de salgadinhos finos, pão, biscoito de queijo, 1 tipo de bolo, 1 folhado recheado e salada de frutas	Custo por Pessoa	1.000	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO**

AV. GRACILLIANO RAMOS, 250 - CENTRO - QUEBRANGULO/ESTADO DE ALAGOAS. Cep
57750000
CNPJ: 122.416.750/0001-01

LOTE 3 HOSPEDAGEM

ITEM	DESCRIÇÃO	U/M	QTD	RS UNI
1	HOSPEDAGEM: Quarto Duplo - Equipado com Cama, Tv, Chuveiro quente, Ar condicionado e Ramal Telefônico na cidade de Palmeira dos Índios e Quebrangulo-Alagoas.	Diária 24 horas	100	
2	HOSPEDAGEM: Quarto Triplo - Equipado com Cama, Tv, Chuveiro quente, Ar condicionado e Ramal Telefônico na cidade de Palmeira dos Índios e Quebrangulo-Alagoas.	Diária 24 horas	120	
3	HOSPEDAGEM: Quarto Single - Equipado com Cama, Tv, Chuveiro quente, Ar condicionado e Ramal Telefônico na cidade de Palmeira dos Índios e Quebrangulo-Alagoas.	Diária 24 horas	100	

LOTE 4 ORNAMENTAÇÃO

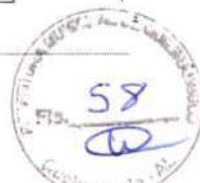
ITEM	DESCRIÇÃO	U/M	QTD	RS UNI
1	SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO, AMBIENTALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA EVENTOS: Portal de entrada e saída confeccionado em madeirite de 10 mm com altura de 3 metros e largura de 6 metros coberto com tecido chita estofado com decoração típica servindo para controle de entrada e saída de pessoas ao espaço do evento.	UND	20	
2	SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO, AMBIENTALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA EVENTOS: Sofás de 2 lugares em tecido ou couro sintético na cor branca e preta, em bom estado de conservação, para serem utilizados nos camarins e camarote oficial.	UND	10	
3	SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO, AMBIENTALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA EVENTOS: Sofás de 3 lugares em tecido ou couro sintético na cor branca e preta, em bom estado de conservação, para serem utilizados nos camarins e camarote oficial.	UND	10	
4	SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO, AMBIENTALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA EVENTOS: Puff quadrado medindo 1mx 1m em tecido ou couro sintético, na cor branca e/ou preta em bom estado de conservação.	UND	10	
5	SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO, AMBIENTALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA EVENTOS: Puff redondo medindo 1m x 0,50m em tecido ou couro sintético, na cor branca e/ou preto em bom estado de conservação.	UND	10	
6	SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO, AMBIENTALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA EVENTOS: Puff curvo tipo meia lua, na cor branca e/ou preta em bom estado de conservação.	UND	10	
7	SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO, AMBIENTALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA EVENTOS: Mesa tipo bistrô com base de alumínio, altura de aproximadamente 2 metros e tampa de vidro com circunferência de aproximadamente 60 cm ou modelo similar.	UND	10	
8	SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO, AMBIENTALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA EVENTOS: Mesa retangular - madeira ou laminado, medindo 2mx1m ou similar.	UND	10	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO**

AV. GRACILLIANO RAMOS, 250 - CENTRO - QUEBRANGULO/ESTADO DE ALAGOAS. Cep
57750000
CNPJ: 122.416.750/0001-01

9	SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO, AMBIENTALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA EVENTOS: Balão junino grande (1.50m de altura) com iluminação interna, lâmpada 25w - Estrutura interna de madeira, coberto com chita.	UND	10	
10	SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO, AMBIENTALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA EVENTOS: Balão junino pequeno (0,70m de altura)-Estrutura interna de madeira e coberto de tecido de xeta.	UND	10	
11	SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO, AMBIENTALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA EVENTOS: Banda de balão com armação de madeira e coberto de tecido chita, tamanho 1.5m.	UND	10	
12	SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO, AMBIENTALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA EVENTOS: Bandeirolas em cores diversas em plástico vinil, medindo 25cm x 35cm de altura, com tiras de 10 metros, contendo 20 bandeirolas em cada tira.	UND	10	
13	SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO, AMBIENTALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA EVENTOS: Luz de natal, com 500 lâmpadas de LED, 220v, cordão na cor verde com 50 metros.	UND	10	
14	SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO, AMBIENTALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA EVENTOS: Mangueira LED - Na cor amarela, 30 Leds por metros 12mm rolo 220V.	METRO	10	
15	SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO, AMBIENTALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA EVENTOS: Mangueira LED - Na cor verde, 30 Leds por metros 12mm rolo 220V.	METRO	10	
16	SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO, AMBIENTALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA EVENTOS: Mangueira LED - Na cor vermelha, 30 Leds por metros 12mm rolo 220V.	METRO	10	
17	SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO, AMBIENTALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA EVENTOS: Mangueira Luminosa para decoração de natal, em PVC maciço, 13mm de espessura, impermeável, com lâmpadas de LED na cor branca, 220V.	METRO	50	
18	SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO, AMBIENTALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA EVENTOS: Cascata ward 400 LED. Cada cascata contendo 10 metros de 220v.	UND	50	
19	SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO, AMBIENTALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA EVENTOS: LUZ CÊNICA PARA DECORAÇÃO Uso externo, com potência de 1000W, em altura de até 6m, voltagem 220 VAC.	UND	100	
20	SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO, AMBIENTALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA EVENTOS: Malha tencionada, cores variadas para ornamentar palco e camarote oficial.	METRO	50	
21	SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO, AMBIENTALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA EVENTOS: Vaso ornamental de cimento e ou madeira grande para decoração das áreas de circulação do camarote oficial, camarins (lounge) .	UND	10	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO**

AV. GRACILLIANO RAMOS, 250 - CENTRO - QUEBRANGULO/ESTADO DE ALAGOAS. Cep

57750000

CNPJ: 122.416.750/0001-01

22

SERVIÇO DE ORNAMENTAÇÃO, AMBIENTALIZAÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA EVENTOS: Serviço de decoração de charola com flores naturais, sob demanda. Arranjo de flores naturais e folhagens, com altura a ser definida pela contratante, para decoração de charola, envolvendo toda a parte posterior de imagem sacra, seguidos de uma cascata de flores envolvendo toda base da charola, ficando a cargo de a administração escolher as flores.

UND

10

LOTE 5 LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

ITEM	DESCRIÇÃO	U/M	QTD	RS UNI
1	RÁDIO DE COMUNICAÇÃO PORTÁTIL: 32 canais (sem display/sem teclado), até 8km de alcance, com botões programáveis, modulação digital TDMA, sinalização analógica MDC 1200, níveis de potencia ajustáveis, operação repetidor/comunicação direta, 04 watts de potência de saída de RF para UHF e 5 watts para VHF, bateria inteligente IMPRES de maior durabilidade e sem fio de memória, acompanhado de clipe de cinto e carregador de bateria unitário 220v.	UND	100	
2	RÁDIO DE COMUNICAÇÃO PORTÁTIL: Uso externo, com potência de 1000 W, em altura de até 6m, voltagem 220VAC.	UND	40	

LOTE 6 DIVULGAÇÃO/GRAFICA

ITEM	DESCRIÇÃO	U/M	QTD	RS UNI
1	CONFECÇÃO DE OUTDOOR: Confecção de outdoor Impressão de outdoor colorido, com fotos, bem como sua instalação e veiculação por no mínimo 7 dias, na capital do Estado de Alagoas, em local de grande circulação. A arte gráfica será fornecida pela Prefeitura.	UND	10	
2	BRINDE: Fornecimento de brinde (troféu, medalhas ou acessórios alusivo ao evento em questão, brinquedos infantis).	UND	1.000	
3	CRACHÁS: Crachás Formato: 180 gramas, 14x11 cm, impressão 4x0, com cordão, em polipropileno. A arte gráfica será fornecida pela Prefeitura.	UND	100	
4	BANNER: Banner Formato: 1,20 x 1,60m em policromia, só frente, impresso em lona vinícola, tamanho 2x3cm. A arte gráfica será fornecida pela Prefeitura.	UND	150	
5	CONVITE: Convite Formato 15 x 21 cm, impresso a 4/4 cores em papel couchê fosco 250gr. Acabamento: refil. A arte gráfica será fornecida pela Prefeitura.	UND	1.000	

LOTE 7 TRANSPORTE

ITEM	DESCRIÇÃO	U/M	QTD	RS UNI
1	TRANSLADO COM VEÍCULO TIPO VAN: Disponibilização de serviços de transporte em veículo tipo VAN, com capacidade para até 15 passageiros, com motorista, para conduzir equipes artísticas à realização de eventos, em veículo próprio.	KM PERCORRIDO	1.000	
2	TRANSLADO EM CARRO EXECUTIVO: Disponibilização de serviços de transporte em veículo tipo LUXO, com capacidade de 05 passageiros, com motorista, para conduzir equipes artísticas à realização de eventos, em veículo próprio.	KM PERCORRIDO	1.000	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO**

AV. GRACILLIANO RAMOS, 250 - CENTRO - QUEBRANGULO/ESTADO DE ALAGOAS. Cep
57750000
CNPJ: 122.416.750/0001-01

1	TRANSLADO COM VEÍCULO TIPO VAN: Disponibilização de serviços de transporte em veículo tipo VAN, com capacidade para até 15 passageiros, com motorista, para conduzir equipes artísticas à realização de eventos, em veículo próprio.	KM PERCORRIDO	1.000	
2	TRANSLADO EM CARRO EXECUTIVO: Disponibilização de serviços de transporte em veículo tipo LUXO, com capacidade de 05 passageiros, com motorista, para conduzir equipes artísticas à realização de eventos, em veículo próprio.	KM PERCORRIDO	1.000	
3	MICRO-ÔNIBUS : Disponibilização de serviços de transporte em veículo tipo micro-ônibus, com capacidade de 25 passageiros, com motorista, direção hidráulica, combustível, ar condicionado, tipo executivo, para conduzir equipes artísticas à realização de eventos, em veículo próprio.	KM PERCORRIDO	200	

LOTE 7 SERVIÇOS TECNICOS

ITEM	DESCRIÇÃO	U/M	QTD	RS UNI
1	SERVIÇOS DE FILMAGEM: Serviço de captação de áudio e vídeo por meio de dronner e ou câmera digital, iluminação sem fio. Entrega do produto final com matriz em DVD com identificação de cada DVD.	POR HORA	50	
2	SERVIÇOS DE EDIÇÃO: Entrega do produto final em DVD, com edição por computador e, quando solicitado, com efeitos especiais digitais, fundo musical, menu personalizado. Identificar em cada DVD com as seguintes informações: nome do evento, local, cidade, estado e data. Elaboração de trilha sonora.	POR HORA	50	

VI - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO

O valor estimado da contratação foi obtido através de Mapa de Preços, levando-se em consideração as pesquisas de preços, tendo-se como valor total estimado, após cálculo da média a importância de **R\$ 2.010.091,10 (Dois milhões e Dez mil e noventa e um reais, e dez centavos)** Sendo os valores compatíveis com os valores praticados no mercado, portanto, pertinente a média estimada de preços para contratação.

VII - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO, SE APLICÁVEL

De acordo com o que preconiza a Lei 14.133/2021, a eficiência e economicidade são princípios norteadores de todo e qualquer processo licitatório, determinando que o planejamento das contratações públicas deva sempre considerar o aproveitamento ótimo dos recursos disponíveis. Nesse contexto, o parcelamento do objeto é um aspecto que requer análise criteriosa, a fim de garantir a seleção da proposta mais vantajosa e a execução eficiente do contrato.

•Em linhas gerais, ao ponderar sobre o parcelamento da solução, foram considerados os seguintes aspectos:





PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO

AV. GRACILLIANO RAMOS, 250 - CENTRO - QUEBRANGULO/ESTADO DE ALAGOAS. Cep
57750000
CNPJ: 122.416.750/0001-01

•**Restrições de Mercado:** A análise de mercado realizada indicou uma limitação no número de empresas capacitadas regionalmente para atender aos requisitos complexos e volumosos exigidos para os eventos. Assim, o parcelamento poderia comprometer a qualidade dos serviços prestados e dificultar a gestão contratual.

•**Cenário de Demandas:** As necessidades das diversas secretarias são melhor atendidas através de uma contratação unificada, dada a natureza diversificada e o calendário extenso dos eventos, os quais abrangem diferentes tipos e tamanhos ao longo do ano.

•**Facilidade de Coordenação e Logística:** A manutenção de um único ponto de contato entre a administração pública e a empresa contratada minimiza chances de desencontro de informações e conflitos de agenda, assegurando a adequada execução dos serviços contratados.

A partir do exposto, conclui-se que o parcelamento não se mostra vantajoso para a administração pública no caso em análise, visto que há ganhos em eficiência administrativa, redução de custos operacionais e melhor aproveitamento dos recursos ao se optar pela não divisão do objeto. Resta evidente que, sob a ótica da vantajosidade e da eficácia, a contratação de uma única empresa para execução integral dos serviços de promoção, planejamento, logística e execução de eventos corresponde à melhor solução para atender às necessidades do Município de Quebrangulo.

VIII - DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO QUANTIDADE, IDENTIFICANDO A PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES OU, SE FOR O CASO, JUSTIFICANDO A AUSÊNCIA DE PREVISÃO

O objeto referenciado neste estudo está plenamente alinhado ao planejamento das Secretarias e Fundo de Previdência para 2024, Registro de preço do tipo menor preço por item para Contratação de empresa especializada para futura e eventual realização de produção de eventos públicos para prestação de serviços na organização de eventos, sob demanda, compreendendo: planejamento, formatação, organização, coordenação, produção e execução, incluindo nesta o fornecimento de infraestrutura e de material, acompanhamento e implementação de apoio logístico e operacional destinados aos eventos da Prefeitura Municipal de Quebrangulo.

IX - RESULTADOS PRETENDIDOS, EM TERMOS DE EFETIVIDADE E DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL

Pretende-se, com o presente processo, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município.

A seleção de proposta para futura contratação de empresa prestadora de serviços especializados de promoção, planejamento, logística e execução de eventos, visa alcançar resultados que estejam alinhados aos princípios e objetivos estabelecidos pela Lei 14.133 de abril de 2021, garantindo a obtenção do maior proveito para a administração pública e para a sociedade.

Os resultados pretendidos incluem:





PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO

AV. GRACILLIANO RAMOS, 250 - CENTRO - QUEBRANGULO/ESTADO DE ALAGOAS. Cep

57750000

CNPJ: 122.416.750/0001-01

- Atendimento eficiente e eficaz das demandas das diversas unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Quebrangulo, considerando a natureza e especificidades de cada evento a ser realizado;
- Seleção de propostas que assegurem o melhor custo-benefício para a Administração Pública, incluindo análises que considerem o ciclo de vida do objeto, em conformidade com o Art. 11, I da Lei 14.133;
- Obs.: Só é possível oferecer dados genéricos. (Art. 23 e Art. 24 podem influenciar se mais parâmetros fossem fornecidos);
- Respeito ao princípio da isonomia, garantindo a igualdade de condições a todos os concorrentes, com tratamento justo e sem favorecimentos ou prejuízos indevidos, em conformidade com o Art. 11, II da Lei 14.133;
- Promoção da transparência dos atos administrativos, garantindo a publicidade e a clareza das informações sobre os eventos realizados, em observância ao princípio da publicidade e das demais normativas do Art. 5º da Lei 14.133;
- Os objetivos traçados estão fundamentados na jurisprudência pertinente à Lei de Licitações, a qual estabelece um marco regulatório preciso para as contratações públicas, demandando planejamento e ações estratégicas para o alcance dos resultados pretendidos. A expectativa é que, por meio do atendimento a estes critérios e da eficiente supervisão dos contratos, seja efetivada uma contratação não somente dentro dos aspectos legais e técnicos, mas também alinhada aos interesses da coletividade.

XI - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL OU ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DA ORGANIZAÇÃO

A fim de garantir a adequação da contratação ao interesse público e o alinhamento com as diretrizes da Lei 14.133, são necessárias as seguintes providências detalhadas:

- Elaboração de um plano de gestão de riscos, identificando potenciais problemas que possam impactar a execução contratual e medidas de contingência para cada um deles.
- Definição clara das atribuições dos agentes públicos a serem designados para o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato.
- Capacitação dos servidores envolvidos no processo licitatório e na gestão do contrato, com foco nas particularidades da contratação de serviços de promoção, planejamento, logística e execução de eventos.
- Estabelecimento de critérios objetivos para avaliação da qualidade dos serviços prestados, com indicadores claros e mensuráveis.
- Desenvolvimento e implementação de um sistema de registro de preços que respeite as exigências do Art. 82 da Lei 14.133 e que permita a flexibilidade adequada à variedade e à periodicidade dos eventos realizados pela Prefeitura Municipal de Quebrangulo.
- Realização de pesquisa ampla de mercado para atualização dos preços registrados, de acordo com o que determina o Art. 85 da Lei 14.133.

CP





PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO

AV. GRACILLIANO RAMOS, 250 - CENTRO - QUEBRANGULO/ESTADO DE ALAGOAS. Cep

57750000

CNPJ: 122.416.750/0001-01

- Formalização das etapas do processo licitatório, incluindo a elaboração do edital e da minuta do contrato com seus respectivos anexos e termos de referência que reflitam as necessidades detalhadas da Prefeitura Municipal.
- Estabelecimento de mecanismos de comunicação eficientes entre a área requisitante, a equipe de licitações e a empresa contratada, assegurando o fluxo de informações e a resolução ágil de pendências.
- Alinhamento constante entre as expectativas das diversas unidades administrativas e a empresa contratada para evitar discrepâncias entre os serviços contratados e executados.
- Pactuação de cláusulas contratuais que prevejam a forma de reajuste de preços, condições de pagamento, sanções em caso de inadimplência, entre outros mecanismos necessários para uma contratação segura e eficiente.
- Implementação de processos e estruturas de governança para avaliação contínua, direcionamento e monitoramento dos processos licitatórios e dos respectivos contratos, de maneira a atender aos objetivos estipulados no Art. 11 da Lei 14.133.

XII - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO

Conforme estipula a Lei 14.133, em especial nos seus artigos que abordam a sustentabilidade e a necessidade de promover o desenvolvimento nacional sustentável, a contratação de serviços especializados de promoção, planejamento, logística e execução de eventos deve considerar os potenciais impactos ambientais inerentes a essas atividades. Assim, realizou-se um levantamento detalhado dos possíveis impactos ambientais, com a posterior proposição de medidas mitigadoras.

- Consumo de energia: Os eventos frequentemente demandam uma significativa quantidade de energia elétrica, o que pode implicar em aumento da pegada de carbono.
- Medida mitigadora: Utilizar equipamentos de iluminação e sonorização de baixo consumo energético e incentivar o uso de fontes de energia renováveis quando possível.
- Geração de resíduos: A execução de eventos gera resíduos sólidos, incluindo embalagens, produtos descartáveis e materiais promocionais.
- Medida mitigadora: Implantar programas eficazes de coleta seletiva, reciclagem e disposição adequada de resíduos, além de priorizar materiais recicláveis ou biodegradáveis.
- Poluição sonora: Eventos podem gerar níveis elevados de ruído, perturbando a fauna local e estressando a flora adjacente.
- Medida mitigadora: Estabelecer limites para os níveis de ruído e criar zonas de amortecimento sonoro, respeitando os horários estipulados pela legislação municipal.

Essas medidas estão alinhadas com o artigo 3º da Lei 14.133, que enfatiza a obrigatoriedade do desenvolvimento nacional sustentável como um dos princípios norteadores dos processos de licitação. Deve-se garantir que tanto a execução quanto o planejamento dos eventos realizem-se sob um regime que considere a preservação ambiental, a sustentabilidade e a responsabilidade social como vetores essenciais no processo de contratação pública.





PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEBRANGULO

AV. GRACILLIANO RAMOS, 250 - CENTRO - QUEBRANGULO/ESTADO DE ALAGOAS. Cep
57750000
CNPJ: 122.416.750/0001-01


XIII - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Após uma análise criteriosa dos aspectos técnicos, financeiros e legais envolvidos no Estudo Técnico Preliminar, posicionamo-nos favoravelmente quanto à viabilidade e razoabilidade da futura contratação de empresa prestadora de serviços especializados de promoção, planejamento, logística e execução de eventos para atender às demandas das diversas unidades administrativas (secretarias) da Prefeitura Municipal, conforme regido pela Lei 14.133. Este posicionamento apoia-se nos seguintes fundamentos:

- Observância dos princípios da eficiência, da publicidade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável (Art. 5º da Lei 14.133), que constituem diretrizes essenciais para a contratação pública em questão e que têm sido rigorosamente seguidos no decorrer de todo o processo de planejamento e estruturação do Edital.
- Atendimento ao interesse público (Art. 11 da Lei 14.133), tendo sido claramente demonstrado que a contratação contribuirá para o atingimento dos objetivos estratégicos das unidades requerentes, gerando resultados positivos para a comunidade itaïcabense.
- Tratamento isonômico entre os licitantes e estímulo à competitividade (Art. 11 da Lei 14.133), pois o Estudo Técnico Preliminar assegura a igualdade de condições a todos os participantes do certame licitatório, contribuindo para a seleção da proposta mais vantajosa.
- Viabilidade técnica e econômica no âmbito do Estudo Técnico Preliminar (Art. 18, I e XI, da Lei 14.133), através da avaliação da capacidade técnica dos potenciais contratados e da adequação econômica dos preços apresentados no mercado.

Com base nessas considerações, conclui-se que a contratação proposta está em plena conformidade com os preceitos estabelecidos pela nova Lei de Licitações, assegurando que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente, racional e com o objetivo de promover o bem-estar comum. Dessa forma, recomenda-se a aprovação do Estudo Técnico Preliminar e a continuidade das fases subsequentes para efetivação da contratação.

Quebrangulo, em 03 de Outubro de 2024.



LUIZ EDUARDO FEITOSA CAVALCANTE
Responsável pelo Estudo Técnico Preliminar (ETP)

